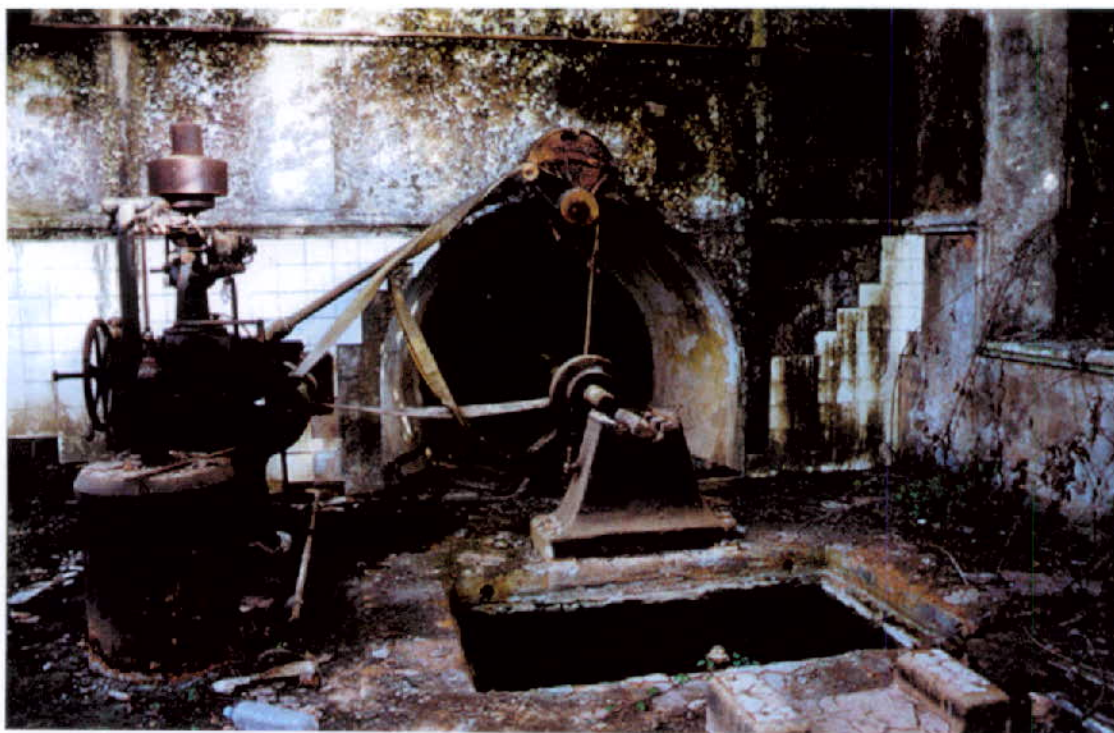


*economia de combustível, produzir a força motriz precisa para a laboração da Fábrica nova e ampliamos a Tinturaria segundo as exigências actuais do fabrico.*"<sup>161</sup>



Uma das máquinas ainda existente na Central

Em 1927 a Companhia muda de sede, mas dentro da cidade do Porto.

Numa Assembleia Geral Extraordinária, em 5 de Junho de 1920 é constituída uma Comissão para analisar a questão da sede, colocada de forma premente por uma exigência de obras no edifício da Av. Dos Aliados por parte da Câmara do Porto. Analisada a questão pela Comissão, foi resolvida a aquisição *"para sede da Companhia [do] prédio da Travessa da Fábrica, n.º 27, desta cidade, por compra feita a Abreu Loureiro & C<sup>a</sup>, de Lisboa (...) por entender que assim ficam mais salvaguardados os interesses da Companhia."* A comissão específica dissolve-se em 1927 por estar extinta a questão que justificou a sua formação.<sup>162</sup>

<sup>161</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1934.

<sup>162</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1927.

Ao falar do início do Estado Novo, Mendes, A. (1999) afirma: “*O débil e descapitalizado tecido industrial português estava mergulhado numa grave crise de sobreprodução, que se arrastava desde 1921*”.<sup>163</sup>

Podemos considerar que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça suportou bem as alterações político-económicas que marcaram a transição da 1.ª República para o Estado Novo. 1928, ano do Golpe Militar que termina com a 1.ª República Portuguesa, parece ser um ano de reforma total na Fábrica, como nos dão conta as palavras do Conselho Fiscal na apreciação do ano: “*Ao apresentar-vos o nosso Parecer sobre o Relatório e Contas referentes ao exercício findo, temos o prazer de vos declarar que, por ocasião da nossa visita às Fábricas, tivemos ensejo de observar que a Direcção não esmorece na faina constante de reformar todos os edifícios e modernizar todas as oficinas, continuando igualmente a renovar os maquinismos tão intensiva e criteriosamente que, no fim do próximo ano, a vossa Companhia deve possuir duas Fábricas novas e modelarmente equipadas. E este esforço é tanto mais para salientar quanto é certo que as importâncias despendidas com aquelas reformas e modificações, no montante de algumas centenas de contos, têm sido liquidadas pela conta de Lucros e Perdas.*”<sup>164</sup>

Mesmo quando em 1929, faz anunciar uma crise nacional do sector, no seu relatório anual, a Direcção faz questão de frisar que esta não teve ainda qualquer consequência para a Companhia.<sup>165</sup> Esta crise está depois patente nos relatórios de 1930 e 1931,<sup>166</sup> certamente como repercussões da crise do capitalismo que se abate sobre os EUA em 1929 e que se expande como um polvo sobre toda a economia capitalista. Os efeitos sobre Portugal não terão sido tão fortes como noutros países, em consequência da política proteccionista do Estado Novo.<sup>167</sup> As consequências sentidas na indústria algodoeira

---

<sup>163</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit, p. 278.

<sup>164</sup> Parecer do Conselho Fiscal in Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1928. De facto, no descritivo desse ano, diz a Direcção: “*Ampliamos a nossa tecelagem com quatro teares grandes para fabrico de tecidos largos, adquirimos um tanque para a condução de óleo combustível e encomendamos mais maquinismo que será montado no próximo ano.*”

<sup>165</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1929.

<sup>166</sup> Relatórios da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1930 e 1931.

<sup>167</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 285 O Estado Novo foi marcado por um forte intervencionismo do Estado, de acordo com Lei do Condicionamento Industrial. No final da Segunda Guerra Mundial pode mesmo falar-se de feroz dirigismo do Estado, uma vez que: “*Desde a marca das conservas de atum, às cotas de distribuição de lã, à circulação de batatas em Trás-os-Montes, aos padrões dos tecidos de algodão, à técnica de fabrico do azeite ou aos pinhais que podiam ser cortados, tudo era regulado pelo Estado.*”

devem-se sobretudo ao impacto sentido em Angola, mercado preferencial da nossa indústria.<sup>168</sup>

O mercado colonial é, aliás, a grande preocupação da Companhia na entrada no Estado Novo, como provam as seguintes afirmações extraídas de relatórios da Direcção:

- *“É certo que a protecção concedida aos produtos portugueses nos mercados das nossas Colónias traz imensas vantagens para a Indústria Nacional, mas, como os tecidos que a África consome são muito diferentes dos tecidos consumidos na Metrópole, resulta daí que muitas Fábricas, como as nossas, não estão convenientemente apetrechadas para satisfazer de pronto as encomendas recebidas, visto que isso obriga à transformação e até aquisição de novo maquinismo. No entanto, para podermos concorrer também a esses mercados, estamos transformando uma parte dos teares que possuímos, e vamos montar várias máquinas de acabamento, contando que, dentro de poucos meses, os tecidos de Alcobaça irão também abastecer o nosso Império Colonial.”<sup>169</sup>*
- *“Os efeitos do mau ano agrícola, de que se ressentiu o comércio em geral, e a pouca expansão dos mercados de África, afectaram muito a nossa indústria. Desde o início do ano que se acentuou bastante o retraimento de compras, mas conseguimos com certo esforço manter até 30 de Junho a laboração normal das nossas fábricas. Como, porém, a existência de manufacturas tomasse um certo vulto, vimonos na dura necessidade de reduzir o fabrico a quatro dias por semana, durante o segundo semestre, resultando daí um sensível prejuízo como era de esperar.(...)”<sup>170</sup>*
- *“Oxalá que os receios e incertezas em que tem vivido a nossa indústria nos últimos tempos, se dissipem com as justas medidas que o Governo já tomou para a colocação, nas nossas colónias, dos tecidos de algodão fabricados na Metrópole.”<sup>171</sup>*

O Estado Novo não foi alheio a estas preocupações e podemos mesmo considerar que a indústria algodoeira foi a principal beneficiária do Acto Colonial de 1930, que criou um mercado privilegiado para os artigos portugueses, numa clara política nacionalista e imperialista.<sup>172</sup>

<sup>168</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 284.

<sup>169</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1932. A entrevista de Mário Fadigas afirma a existência de fabrico de tecidos específicos para o Ultramar. Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

<sup>170</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1936.

<sup>171</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1938.

<sup>172</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 287.

Mesmo assim 1930 é considerado o ano de finalização da reforma completa da fiação e tecelagem, na Fábrica da Fervença.<sup>173</sup>

Em 1947 a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça integrou a Sociedade Algodoeira de Portugal, para exploração em África da indústria têxtil, organismo no qual diz alimentar “*as mais lisonjeiras esperanças, já pelo seu objectivo, já pelas pessoas que constituem os seus corpos directivos da mais comprovada competência do nosso meio industrial.*”<sup>174</sup>

A crise de superprodução referida por Mendes, A. (1999) na caracterização dos inícios dos anos 30, está expressa no parecer do Conselho Fiscal sobre a caracterização do ano de 1935: “*embora os negócios tivessem, afrouxado durante o ano findo, devido à desconfiança provocada por uma guerra de preços que nada justifica, e até singularmente contrasta com a diária expansão da indústria algodoeira – o que oxalá não provoque desastres futuros – ainda assim a Direcção pode ver coroados de bom êxito todos os seus esforços, pois os lucros do exercício foram relativamente compensadores.*”<sup>175</sup>

**1936 é também marcado pela criação de condições para a captação de electricidade fornecida do exterior**, como se depreende das seguintes palavras da Direcção: “*Adquirimos um transformador e diversas aparelhagem eléctrica (...) e para isso tivemos de ampliar a nossa cabine para podermos receber energia de qualquer empresa que se propusesse trazer-nos vantagem e economia no fornecimento de força motriz.*”<sup>176</sup>

A partir de 1937 os lucros começam efectivamente a baixar, para só virem a recuperar em 1941, em plena guerra, em que o ano é caracterizado da seguinte forma pela Direcção da Companhia: “*A nossa actividade comercial e industrial teve dois ciclos, perfeitamente distintos, em 1941. No primeiro semestre não se fez sentir a falta de algodão, mas sofremos as dificuldades apontadas nos relatórios anteriores: dificuldade de vendas e consequente concorrência que nos obrigou a vender os nossos produtos com pouca ou nenhuma compensação. No segundo houve intensa procura dos produtos [diz o C. Fiscal que conseguiram colocar todas as manufacturas que mantinham em stock há muito tempo] mas rateio e insuficiência de algodão, que nos levou à redução de dias de trabalho e por vezes a penosas paragens.*”

---

<sup>173</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1930.

<sup>174</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1947.

<sup>175</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1935.

<sup>176</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1936.

Apesar de tudo o resultado final foi muito positivo, mas o futuro apresentava-se difícil, uma vez que já tinham sido distribuídas circulares a avisar que não haveria importação de algodão no mês de Fevereiro, não se sabendo a continuidade da situação, devido à guerra.

A Direcção apostou na produção de *“artigos de fabrico contínuo, com colocação antecipadamente assegurada,”* teve a preocupação de *“consolidar o activo da Companhia melhorando, ao mesmo tempo, a (...) situação financeira”*.

A preocupação é de facto só com o futuro já que, ao encerrar o ano, as palavras da Direcção para caracterizar a situação são: *“continuamos a não dar expediente às muitas encomendas que temos em mãos, (...) continuamos também a ter os nossos armazéns vazios, os nossos produtos acreditados entre os primeiros e as nossas acções a valorizarem-se grandemente.”*<sup>177</sup>

De facto, esta época, apesar das dificuldades criadas pela redução da circulação de bens, foi marcada por um certo crescimento da indústria, apoiada numa política proteccionista que visava a substituição das importações, dificultadas com a guerra.<sup>178</sup>

No entanto, e apesar da crise dos anos anteriores, o investimento na Fábrica não pára - *“Fizemos importantes modificações nos serviços sanitários das fábricas; adquirimos grelhas especiais para economia de combustível e uma máquina para acabamentos.”*<sup>179</sup> - referindo mesmo, em 1938, que se iniciou uma política global de substituição dos maquinismos.<sup>180</sup>

Pela consulta da documentação parece-nos ter a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça conseguido escapar a uma certa estagnação provocada pela dificuldade de importação de tecnologia, referida por Mendes, A. (1999)<sup>181</sup> (talvez por ter terminado pouco antes da guerra o reapetrechamento das suas Fábricas) ou pelas *“intransponíveis dificuldades não só financeiras, mas de Know how, de quadros, etc, para assegurar a hegemonia e a subalternização do capital estrangeiro no seu processo de reorganização”*<sup>182</sup>, referidas pelo mesmo autor, que nos parece dirigirem-se para a caracterização de indústrias menos implantadas no mercado que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.

A década de 40 vai avançando, com as dificuldades resultantes da guerra, mas sempre salientando os relatórios da Direcção, que, apesar das condições, a Companhia Fiação e Te-

<sup>177</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1941.

<sup>178</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 321-22.

<sup>179</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1936.

<sup>180</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1937.

<sup>181</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 314.

<sup>182</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 322.

cidos de Alcobaça se encontra em boa situação, no contexto da indústria nacional. 1943 é mesmo um ano importante na medida em que a Fábrica fica livre de hipoteca e se pensa em aumentar e diversificar os rendimentos: *"Resolvemos remir este ano, o Fôro que impedia sobre a Fábrica, um pouco pesado, aliás, dando-vos, pois, a grata notícia de que presente-mente a Vossa Companhia nenhum encargo tem a onerá-la, seja de que natureza for.(...) Vamos igualmente valorizar os terrenos da Companhia, confinantes com a Fábrica, com plantações adequadas, de maneira que não continuem incultos, e possam brevemente converter-se em elementos de fomento e receita."*<sup>183</sup>

**Em 1944 começam os problemas com o fornecimento de energia eléctrica, cuja descontinuidade se reflecte no rendimento da Fábrica:** *"Embora razoavelmente lisonjeiro, [o resultado final do ano], não poderemos deixar de frisar-vos que grandemente se ressentiu da falta de matéria-prima no seu primeiro semestre e da irregularidade do fornecimento de energia eléctrica, consequência para nós indirecta do irregular e escasso regime de chuvas, que grande influência teve e está tendo na nossa produção, criando-nos assim embaraços de ordem industrial e comercial, de efeito arreliante e perturbador."* Refere de seguida que se o problema da falta de matéria-prima já está regularizado, o da energia eléctrica ainda não.<sup>184</sup>

**Em 1945 os problemas da força motriz agravam-se com a avaria do motor «Diesel» que há 20 anos funcionava na Central Eléctrica.**<sup>185</sup> Neste ano, e para o normal funcionamento da Fábrica, houve necessidade de recorrer a empresas de fornecimento de electricidade.

**A situação quanto à energia não melhora e em 1946 envereda-se pelo fornecimento externo de energia,** como detalhadamente explica o relatório anual da Direcção: No primeiro título – Força Motriz – informa que *"o motor Diesel de 600 H.P., que durante mais de vinte anos trabalhou na nossa Central"* só em meados do mês em que o relatório está a ser redigido é que *"voltou a trabalhar em regimen experimental, sendo animadoras as informações que nos têm chegado sobre os ensaios."* A reparação custou o triplo que estava previsto e a laboração da Fábrica foi irregular e cara. *"Ora, sendo a força motriz o factor de maior projecção económica adentro de qualquer estabelecimento fabril, para nós tem sido ele um motivo de sérias preocupações administrativas, porquanto a energia produzida pelas*

<sup>183</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1943.

<sup>184</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1944.

<sup>185</sup> A reparação deste terá de ser feita no Porto e é desde logo referida como cara e demorada. Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1945.

*nossas máquinas – com excepção das turbinas – resultou sempre demasiado cara, e em tais condições é obvio que essas máquinas deviam existir, sim, mas como simples elementos de reserva, para servirem em casos imprevistos, e não para trabalharem em regimen aturado, sem mesmo haver tempo de lhes fazer as reparações indispensáveis, causa única do desastre que tantos embaraços e prejuizos nos tem causado.”*

Dada esta circunstância, diz a Direcção, *“logo nos dispusemos a procurar elementos que, postos ao serviço da Companhia, a colocassem ao abrigo de contingências futuras.”*

A Empresa Mineira do Lena – que já costumava fornecer energia, estava incapaz de satisfazer as necessidades. Contactaram a Direcção da Companhia Eléctrica das Beiras, que se prontificou a fornecer toda a energia necessária, desde que não ferisse os interesses da Empresa Mineira do Lena, antiga fornecedora. *“Efectivamente, depois de várias conferências realizadas em Lisboa e de feito o indispensável estudo topográfico para a montagem das linhas que haviam de ligar Fátima a Porto de Mós, as três empresas chegaram a um acordo pela força do qual, em 31 de Março próximo, nós devemos ter à nossa disposição toda a energia necessária à regular e completa laboração das nossas Fábricas.”*<sup>186</sup>

Também na entrevista com Mário Fadigas se refere esta grande reparação do motor, mas que, a partir desta, o motor já não voltou a trabalhar em pleno e que se contractou energia à SEOL.<sup>187</sup>

No item “Caldeiras a Vapor”, o Relatório da Direcção de 1946 informa que, dada a qualidade inferior do combustível da região – que faz com que saia grande quantidade por queimar e que o vapor saia demasiado caro –, decidiu-se a transformação das caldeiras para poderem queimar óleos pesados, de forma a economizar no preço e no pessoal empregue. *“Os trabalhos devem começar no próximo mês de Março.”*<sup>188</sup>

Os anos 40 são aliás, marcados a nível nacional pelas questões de electrificação do País: *“As discussões sobre o plano de electrificação a ser concretizado no espaço de oito anos, têm início ainda em 1942, dando origem à Lei n.º2002, de 26 de Dezembro de 1944.”* No parecer de Ferreira Dias Jr. que acompanha o texto da lei diz-se *“A mais ligeira reflexão torna pois evidente que entre aproveitamentos hidroeléctricos e indústrias consumidoras existe tal encadeamento e conexão que mal pode conceber-se um plano de aproveitamento sem o programa industrial, que é a sua base de razão de ser.(...) a própria construção de*

<sup>186</sup> Cf. Relatório da Direcção, 1946.

<sup>187</sup> Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

<sup>188</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1946.

centrais e linhas de transporte e distribuição há-de correr paralela com o desenvolvimento das instalações fabris”.<sup>189</sup> A central de Porto de Mós aparece de facto referida como abastecendo a região de Leiria, assim como a central de Nisa.<sup>190</sup>

A situação da Companhia deveria no entanto continuar bastante boa. Em 1946 é aumentado o capital social para o dobro, situação já solicitada ao Ministro das Finanças desde 1945.<sup>191</sup>

Apesar de tudo 1945 e 46 são anos de construção de novos espaços para máquinas.<sup>192</sup>

E em 1947 – último ano da gestão de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, que morresse nesse ano – é a seguinte a avaliação do ano pela Direcção: *“Apesar das dificuldades que refere, o ano terminou com saldo positivo. Nos últimos sete meses do ano verificou-se uma perturbação no mercado, decorrente de uma campanha para baixar os preços dos tecidos.”* A solução do problema afigurava-se difícil, por demasiado complexa, sendo por fim resolvido nomear uma Comissão que, em pleno entendimento com a Comissão Reguladora do Comércio do Algodão em Rama, organizaria um mapa em que fossem coordenados todos os factores que melhor pudessem orientar os industriais sobre a maneira prática de darem corpo e forma às novas tabelas. *“Foi feito um trabalho apreciável, submetido à apreciação favorável do Sr. Ministro da Economia, que foi publicado na imprensa em Lisboa e Porto e que tem norteado o mercado a partir daí.”*

Sobre a **Força Motriz** nesse relatório se diz: *“Foi providencial o contracto que fizemos com a Companhia Eléctrica das Beiras, pois desde o dia 20 de Abril, data em que a sua corrente ficou ligada à nossa Central, nunca mais houve falta de energia nem no concelho de Alcobaca nem adentro das nossas Fábricas, o que nos permitiu intensificar o trabalho e consequentemente baratear a produção.”*

A transformação das caldeiras aconteceu tarde, devido à falta de material da casa Dumont & C<sup>a</sup>, Lda. de Lisboa e só na altura de apresentação do relatório começaram a funcionar a título experimental.

Continua-se a modernização das Fábricas, quer ao nível dos edificios, quer ao nível das máquinas e processos – todas as máquinas de fiação estão a ser transformadas à experiência e foram adquiridos 18 teares, de grande largura, várias máquinas e acessórios e *“15 aparelhos Climatiseur, para purificação do ar e correcção quer da temperatura quer da*

<sup>189</sup> Dias, Ferreira Jr. *Linha de Rumo*, cit. in Mendes, A. (1999). Op. Cit, p. 318.

<sup>190</sup> Idem. O plano de electrificação do país beneficiou das condições do pós-guerra e de financiamento no contexto do Plano Marshall. Mendes, A. (1999). Op. Cit., p.325.

<sup>191</sup> *Relatórios da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*, Porto, 1945 e 1946.

<sup>192</sup> *Relatórios da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*, Porto, 1945 e 1946.



*humidade atmosférica, ficando assim as oficinas em muito melhores condições de produção e higiene.”*

Salienta-se a continuidade do trabalho de Assistência aos operários, nomeadamente através da Caixa Sindical de Previdência e da Sociedade de Seguros a “Mutual do Norte”, a participação como accionista da Sociedade Algodoeira de Portugal e, surge uma referência às negociações com a Câmara Municipal para a adaptação do edifício da sede social “*de acordo com o plano de urbanização desta praça.*”<sup>193</sup>

O reapetrechamento da Fábrica, embora tenha sido uma preocupação constante de todo este período, está também de acordo com a política nacional de reorganização e reapetrechamento da indústria, tutelada por Ferreira Dias Jr., como subsecretário do Ministério de Rafael Duque (Economia).<sup>194</sup>

Claro que a vida da Companhia, no período correspondente ao Estado Novo, não fugiria ao intervencionismo estatal.

Em Resumo: Este período da Companhia foi muito longo, marcado pela forte personalidade de Fernando Alípio de Carneiro e Sá.

As mudanças políticas e económicas no país afectaram necessariamente a Companhia, assim como as vicissitudes decorrentes dos conflitos à escala mundial, mas podemos considerar que a Companhia ultrapassou razoavelmente este período, continuando a apresentar lucros, a modernizar o complexo industrial, a manifestar preocupações sociais e a investir de forma inteligente e diversificada no mercado, com forte incidência no mercado colonial.

**Foi durante este período que a força motriz da Fábrica passou a ser a electricidade, construindo-se para o efeito o edifício da Central Eléctrica.**

A Fábrica foi dotada de um corpo de bombeiros e este representava a Companhia em diversos eventos.

**Foi durante este período, e sob a coordenação de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, que se concretizou a electrificação da Vila de Alcobaça.**

Devido ao carácter multifacetado da sua actuação e à sua importância para os diferentes processos que procuramos relatar e analisar, faz-se a seguir uma breve caracterização sobre esta figura tão importante.

---

<sup>193</sup> Relatórios da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1947.

<sup>194</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 320.

### **A Figura de Fernando Alípio de Carneiro e Sá**

Para além de Director da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, residente em Alcobaça, estando directamente em contacto com os empregados e operários do estabelecimento fabril, e, parecendo ser muito querido destes, Fernando Alípio de Carneiro e Sá desempenhou funções importantes na Vila e o seu nome marca Alcobaça por outras razões para além da Companhia Fiação e Tecidos.

Logo em 1908 afirma o seu republicanismo e a sua coragem política como n.º 2 de uma lista para a Câmara Municipal que acaba por ser derrotada.<sup>195</sup>

Em 1911 é Fernando Alípio de Carneiro e Sá a personalidade escolhida para esclarecer o público do jornal sobre a nova moeda – o escudo – que virá substituir o real. É publicada uma carta sua esclarecedora sobre o assunto.<sup>196</sup>

Em 1913 surge, em Junho, integrando uma comissão para preparar as festas municipais, que decorrerão em Agosto.<sup>197</sup>

Em 1919 encontramos-lo como o Presidente (eleito) da Comissão Administrativa Municipal. Esta eleição é saudada com uma forte manifestação pública de regozijo, referindo-se o editorial da Semana Alcobacense à restauração dos ideais da República a nível nacional, com reparos aos nossos maiores republicanos que tinham sido enxovalhados no período imediatamente anterior. Relembremos que estávamos no rescaldo da ditadura de Sidónio Pais, marcada pela perseguição aos republicanos, pelo abandono das nossas tropas na guerra e pela censura à informação, nomeadamente à imprensa.

Concretamente em Alcobaça este período foi marcado por dias de terror, com o quartel tomado por forças monárquicas que saíram de Santarém, com tiroteios nas ruas, com casas devassadas e pelo menos um morto: o comerciante Silvino dos Santos Carvalho, abatido no dia 14 de Janeiro de 1919.<sup>198</sup>

O fim deste episódio ditatorial a nível nacional, não chega com o assassinato de Sidónio Pais, pois ainda se prolonga com diversos episódios, o mais importante dos quais a Monarquia do Norte.

---

<sup>195</sup> Semana Alcobacense, n.º 947, de 18/10/1908.

<sup>196</sup> Semana Alcobacense, n.º 1114, de 31/12/1911.

<sup>197</sup> Semana Alcobacense, n.º 1187, de 25/5/1913.

<sup>198</sup> Villa Nova, B. (1957). Combates Históricos em Alcobaça e sua Região e outros em que Alcobaça tomou parte.

Com a morte de Sidónio e o acalmar das rebeliões de carácter monárquico, o novo Governo, chefiado por António José de Almeida, restabeleceu por todo o país os ideais da República, o poder municipal e a informação livres.<sup>199</sup>

Neste contexto a Comissão Administrativa eleita para Alcobaça tinha a seguinte composição: Fernando Alípio de Carneiro e Sá, João Ferreira da Silva, José Emílio Raposo de Magalhães, António Natividade, Máximo de Oliveira Tanqueiro, António José Moreira e João Vitorino de Avelar. Substitutos: Tomaz Pereira da Trindade, José Pereira, António de Costa Ferreira, Francisco da Polónia, José Martins de Sousa, Joaquim Belo Marques da Silveira, José Rodrigues Coelho.

Do discurso de abertura de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, destacam-se as palavras: *“a mesma comissão, tendo a inspira-la um grande amor pela República, e baseando todos os seus actos no máximo respeito pela legalidade e pela justiça, tudo imperturbavelmente faria no sentido de satisfazer o mais possível os desejos e aspirações do povo republicano, e de obviar, até onde para isso margem houver, às múltiplas necessidades do concelho.”*<sup>200</sup>

Em Julho há uma nova constituição da Comissão Administrativa Municipal, mas Fernando Alípio de Carneiro e Sá continua a ser o Presidente, sendo agora Raposo de Magalhães o n.º 2.<sup>201</sup>

Até pedir uma suspensão de funções em Outubro (provavelmente por questões relacionadas com o incêndio da Fiação e Tecidos, que se pensa querer agredir a pessoa do seu director enquanto político), Fernando Alípio de Carneiro e Sá desempenha ainda em substituições temporárias os cargos de administrador do concelho (Março de 1919) e Juiz de Direito da Comarca (Outubro de 1919).<sup>202</sup>

Fernando Alípio de Carneiro e Sá marca ainda a Vila com as suas opiniões muito vinculadas e afirmadas de forma clara e por vezes mesmo dura, como no caso da questão das 8 h de trabalho, fazendo um paralelo com a questão do jogo, enquanto vício:

*“O governo tem para resolver dois problemas, a meu ver, de capital importância para a vida e progresso do nosso país(...) Trata-se da regulamentação do trabalho e da liberdade do jogo! Trata-se de proibir a prática de uma virtude e de dar lugar a um vício.(...)”*

<sup>199</sup> Marques, A. H. de Oliveira (1986-3.ª edição). História de Portugal, vol. III, Lisboa, Palas Editores pp. 241-250 e Villa Nova, Bernardo, (1957). Combates Históricos em Alcobaça e sua Região e outros em que Alcobaça tomou parte, p. 38-39 O apoio aos Aliados voltou a ser prestado de forma inequívoca e o governo republicano participou nas negociações de paz, na pessoa de Afonso Costa. O. Marques, op. cit.

<sup>200</sup> Semana Alcobacense n.º 1484, de 2/3/1919.

<sup>201</sup> Semana Alcobacense n.º 1503, de 13/7/1919.

<sup>202</sup> Semana Alcobacense n.º 1517, de 26/10/1919 e n.º 1548, de 18/3/1919.

*O trabalho é o meio mais eficaz que o homem possui para progredir e fazer progredir a colectividade. O trabalho é a vida. (...) À volta de nós, tudo trabalha sem descanso. É uma lei natural. E agora, neste momento em que a boa moral nos indica a necessidade que temos de trabalhar o máximo, para produzirmos aquilo de que necessitamos para a nossa vida normal, e aquilo de que necessitamos para reconstruirmos as perdas de uma dolorosa guerra, é que alguém pensa em violar as leis que nos regem trabalhando e produzindo menos?! (...)*

*Que ninguém seja obrigado por lei a trabalhar mais de 8 horas, que ninguém seja, mesmo, obrigado a trabalhar um minuto, sequer, é perfeitamente racional. Mas que seja proibido de trabalhar mais do que essas 8 horas, aquele que tem ambições para viver melhor ou aquele que com uma moral bastante elevada entende dever trabalhar o máximo para a sua rápida e perfeita evolução, é um contrasenso, um insulto à liberdade individual, uma perda de regalias conquistadas, que não pode nem deve passar. É contra os sagrados princípios em que se baseia a melhor doutrina republicana que defendemos.(...)*

*E por isso, saudando deste lugar todos os nossos municipais, operários ou patrões, que sabem cumprir esses sagrados deveres, que sabem dar à colectividade o máximo dos seu trabalho e as sua melhores acções e pensamentos, afastando-se dos vícios e praticando a Virtude, eu proponho para que façamos chegar ao conhecimento dos nossos representantes no parlamento o modo de pensar e de sentir das pessoas criteriosas do nosso concelho, que neste momento representamos, sobre tão melindrosos assuntos, fazendo-lhes ver quanto nos seria agradável que eles, pela palavra e sobretudo pelo exemplo, procurassem incutir no espírito de todos o amor pelo trabalho e a repulsa pelo vício, levando o governo a decretar as 8 horas como trabalho normal e não como trabalho máximo, e a não permitir o jogo sem medidas de defesa e regulamentação.*"<sup>203</sup>

ou quando encabeça um movimento das Câmaras Municipais no sentido de solicitar a redução dos gastos do governo: Tendo recebido um ofício do Governo que solicitava então algumas sugestões para a redução de despesas responde assim: "*De facto são tão grandes e em tão grande numero os desperdícios cuja sustentação esta Comissão Executiva tem ouvido atribuir à República, e tem eles tão repetidamente sido postos a nú em conferências públicas, na imprensa e até no próprio parlamento, que francamente estávamos na persuasão de que não havia ninguém neste país que deles não tivesse mais ou menos conhecimento, e muito menos supunhamos que os desconhecêssem aqueles que, pela*

<sup>203</sup> Semana Alcobacense, n.º 1522, de 30/11/1919.

*natureza e hierarquia das suas funções públicas, deviam estar mais ao corrente de tais factos.(...) não poucas vezes esta Comissão Executiva tem lido ou ouvido dizer que muitos funcionários têm sido nomeados e se abrigam no Terreiro do Paço, que limitam o exercício das suas funções a "assinar o ponto", quando isso chegam a fazer(...) também não é a primeira vez que ao nosso conhecimento chega que, dentre as cabazadas de nomeações que à sombra da República se têm feito, muitas delas recaem em criaturas que nenhuma capacidade de trabalho possuem(...) De esbanjamentos feitos sob o rótulo de despesas extraordinárias provenientes da guerra, igualmente se citam exemplos que não pecam, infelizmente, pela exiguidade do seu número, e pena é que a imprensa portuguesa não disponha de uma tiragem suficientemente larga, para que esses esbanjamentos, chegando assim ao conhecimento de quem de direito, fossem quanto antes providos do remédio de que tanto necessitam, para honra da República e proveito dela e também de todos nós.(...)"<sup>204</sup>*

Fernando Alípio de Carneiro e Sá afirmou sempre os seus ideais republicanos na gestão da Fábrica e da Vila.

Deixou-nos também algum trabalho escrito no campo da instrução popular: o livro, já referido, que escreve com Emílio Homet e a tradução do livro Vida Perfeita de Paul Carton. Surge também, referido na imprensa, por várias vezes, como assinante e colaborador na revista Vida e Saúde.

A sua preocupação com a segurança tornou-o responsável pelas duas corporações de Bombeiros: a da Vila e a que criou especialmente na Fábrica de Fiação e Tecidos, logo no início da sua gestão. Esta foi muito louvada na imprensa que noticia detalhadamente a chegada de novos equipamentos para a corporação e os seus desempenhos.

#### **4.º Período**

**1950-1956**

Este período é marcado pelas referências constantes à crise da indústria algodoeira e à necessidade de reapetrechamento da Fábrica para concorrer nos mercados nacionais e internacionais.

---

<sup>204</sup> Semana Alcobacense n.º 1584, de 30/1/1921.

Logo no relatório de 1950 se considera que “os resultados do exercício foram pouco compensadores, por influência de vários factores, de entre os quais destacamos os seguintes:

- a) Os avultados encargos tributários e sociais a que nos temos referido em relatórios anteriores, e que terminarão por depauperar a indústria, se não houver quem procure evitar a tempo as suas ruinosas consequências.
- b) As inúmeras dificuldades provocadas pela escassez e baixa qualidade das ramas, sem a indispensável selecção e igualdade que permitam uma produção uniforme e mais económica.
- c) Os grandes prejuízos resultantes da luta de preços que logo no início do ano irradiou por todos os mercados, sem razão alguma que justificasse tal despropósito, tanto mais que nem os próprios tecidos tabelados escaparam à sanha dos derrotistas.”<sup>205</sup>

A Companhia continua a viver bastante das transacções com o mercado ultramarino, passando neste ano a deter 1600 acções da Companhia de Fomento Colonial. Esta sociedade (que conta com 40.000 contos de participação do Estado), absorveu a Sociedade Algodoeira de Portugal, que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca integrava desde 1947<sup>206</sup>

**A energia eléctrica continua a ser fornecida por uma empresa externa**, a que é feita referência nos agradecimentos do relatório.<sup>207</sup>

Em 1951 a Direcção da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca tem um novo membro. Disso nos dá conta a imprensa em Agosto.<sup>208</sup> A presença extraordinária deste novo Director – Alberto de Sousa Pinto – referida no jornal como visita, faz-nos crer que o elemento constante no estabelecimento produtor seria José Lucena.

O novo director vê o seu mandato revogado numa Assembleia Geral Extraordinária, em 29 de Dezembro de 1952, conforme nos informa o relatório, sem no entanto fornecer qualquer explicação. Nessa ocasião diz o relatório que foi “chamado à efectividade, pelo primeiro não ter aceite, o segundo substituto, Sr. Carlos Pires de Sá”<sup>209</sup>. Este novo Director

<sup>205</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1950.

<sup>206</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1950.

<sup>207</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1950.

<sup>208</sup> Comarca de Alcobaca, n.º 268, de 19/8/1951.

<sup>209</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1952.

era, como nos confirmam as entrevistas com antigos trabalhadores, filho de Fernando Alípio de Carneiro e Sá.<sup>210</sup>

O mandato deste director substituto foi porém muito breve. Alberto de Sousa Pinto regressa ao seu cargo, assinando já o relatório de 1953 e Carlos Pires de Sá passa a ser referido como gerente da Fábrica, sendo nessa qualidade que lhe são dirigidos os agradecimentos da Direcção no relatório anual. Esta situação é tanto mais confusa quanto Carlos Pires de Sá chegou a tomar posse do cargo de Direcção em Janeiro de 1953.<sup>211</sup> A entrevista com Mário Fadigas também não esclarece a situação, deixando entrever uma nomeação e não uma eleição e afirmando que Carlos Sá teve dificuldade em impôr-se por falta de qualidades de chefia.<sup>212</sup>

Em 1951 a Companhia refere ter encontrado na exportação a saída para a crise algodoeira que continua em Portugal e que estava a obrigar várias Fábricas a suprimir turnos de laboração. Para estas novas produções a Companhia passou a importar algodão exótico.<sup>213</sup>

A **instalação eléctrica** da Fábrica e o **reapetrechamento** foram os dois principais problemas que ocuparam a Direcção durante este período. Em relação a estas questões o trabalho desenvolvido foi considerado de tal importância, que a sua divulgação é feita aos accionistas numa publicação própria.<sup>214</sup> Curiosamente quando este plano é publicado já a Direcção que o criou se tinha demitido.

**O problema da electricidade aparece como central em todas as questões da Fábrica neste período** e é a publicação específica que nos informa concretamente qual é: *“Não se sabendo bem porquê, o certo é que nas duas unidades que constituíam as instalações industriais da Companhia havia duas espécies de voltagens, estando numa instalada a corrente de 500 volts e na outra a de 190 volts.*

*Ora, não sendo nenhuma destas correntes a usada normalmente, o que trazia sérias dificuldades à Empresa quando tinha de fazer-se a aquisição de novas máquinas eléctricas ou proceder-se à reparação das existentes, e impondo-se também a sua unificação, já que se evidenciava como conveniente, prático e económico reunir as duas referidas instalações,*

<sup>210</sup> Cf. Anexos I e II. Refira-se que a filha de Fernando Alípio de Carneiro e Sá tem o nome de Irene Pires de Sá e que encontramos também referências na imprensa ao anúncio da venda de produtos da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, num armazém de tecidos de propriedade de Mário de Sá e C<sup>a</sup> Lda, (Cf. Comarca de Alcobaça, n.º 259, 11/3/1951) o que nos leva a pensar que haverá vários parentes do antigo director ligados à Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça e ao ramo dos têxteis.

<sup>211</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Porto, 1952 e 1953.

<sup>212</sup> Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

<sup>213</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Porto, 1951.

<sup>214</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Modernização-Reapetrechamento. Porto, 1957.

enfrentamos corajosamente essa modificação. (...) Sempre apoiada nos conselhos de técnicos da especialidade que com toda a insistência recomendavam a modificação e unificação da voltagem, a Direcção resolveu então o problema, instalando, em vez de dois novos transformadores de voltagem diferente, um só para a corrente normal de 380 volts, que alimentasse todas as instalações”<sup>215</sup> No mesmo documento se refere também a substituição das caldeiras a vapor, com vantagem para a produção e finanças da Companhia.<sup>216</sup> Toda esta situação é confirmada por Mário Fadigas.<sup>217</sup>

Todas estas modificações foram levadas a cabo logo em 1951 e 1952, anos em cujos relatórios há referências sobre isso:

- Em 1951 noticia-se também que está já a ser montada uma caldeira “*encomendada na Alemanha em Abril de 1951, a qual vai ocupar o lugar das duas que até agora têm estado em serviço e cujo estado precário de conservação e regime deficitário de trabalho aconselhavam substituir sem demora.*” Estão também para chegar 6 cardas já encomendadas.<sup>218</sup>
- Em 1952 diz-se: “*já se encontram nas nossas Fábricas o novo transformador e o disjuntor, a cuja montagem brevemente se vai proceder.*”<sup>219</sup>

O grande feito da Direcção no ano de 1951 parece ter sido a negociação bem conseguida de alteração de um pequeno troço da estrada que liga Alcobaça ao Valado dos Frades. Esta diligência merece mesmo um voto de louvor proposto pelo Conselho Fiscal: “*depois de alguns meses de laboriosas diligências junto da Direcção de estradas de Leiria e Junta Autónoma das Estradas, em Lisboa, pôde conseguir que Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas desse a sua aprovação à alteração do traçado da estrada que, em curva perigosa, passa entre as duas nossas Fábricas, o qual seguirá de futuro, numa recta, a Norte da Fábrica Nova.*”

*A obra foi posta já a concurso e adjudicada e deve ficar concluída dentro de um ano.*

*Desta forma, e porque o leito da actual estrada nos será entregue bem como os terrenos sobrantes das expropriações que confinam com as propriedades da Companhia a Sul do novo traçado, ver-se-á, assim, realizado, o sonho de tantos anos, de reunir os dois estabelecimentos fabris, com as vantagens que todos conhecem e que, por bem evidentes,*

<sup>215</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Modernização-Reapetrechamento, Porto, 1957.

<sup>216</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Modernização-Reapetrechamento, Porto, 1957.

<sup>217</sup> Cf. Entrevista com Mário Fadigas Anexo II.

<sup>218</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1951.

<sup>219</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1952.



se torna supérfluo apontar.”<sup>220</sup> Neste empreendimento o Estado despendeu mais de 500.000\$00 e a Companhia participou com 180.000\$00.<sup>221</sup>



Construção de edifícios, 1956/57

O ano de 1952 é marcado por uma paralisação das vendas para o estrangeiro, pela falta de algodão e pela acumulação de stocks.

Quanto ao reapetrechamento fabril não parece ter sido conseguido como se queria pois no relatório apenas se refere a entrada em funcionamento das 6 cardas já anunciadas anteriormente e de um grupo de mais 10.<sup>222</sup>

O ano de 1953 é caracterizado como difícil para a indústria algodoeira e a no relatório Direcção queixa-se de não estarem devidamente apetrechados para responder à concorrência de novas e renovadas unidades fabris: *“A nossa Empresa situa-se entre aquelas que mais estão sofrendo as consequências desta crise, muito especialmente por não se encontrar devidamente reapetrechada de modo a poder concorrer com unidades mais modernas.”*

Denuncia-se como agravando a crise os actos desesperados dos que querem vender os produtos a qualquer preço e os colocam tão baixos que, no dizer da Direcção, não poderão beneficiar ninguém.

A actuação da Direcção neste ano visou economia em tudo o que fosse possível, mas também a modernização e os resultados são classificados como os possíveis, apesar de não satisfatórios.<sup>223</sup>

<sup>220</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1951.

<sup>221</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Modernização-Reapetrechamento, Porto, 1957.

<sup>222</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1952.

<sup>223</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1953.

A partir deste ano a crise não sai mais do cenário da Companhia, referindo-se em 1955: *“Nunca uma crise da nossa indústria foi tão prolongada como a que presentemente estamos suportando, nem as suas consequências foram, em qualquer época, tão funestas como as que hoje se verificam e estão, infelizmente, causando justificado alarme.”* E apela-se para a intervenção do Estado: *“Em face da gravidade da situação, que não admite delongas, estamos confiados que o Governo, ouvida atentamente a Mesa da nossa Classe, fiel intérprete dos nossos graves problemas, determinará as urgentes medidas que se impõem, na justa defesa de tantos interesses económicos e sociais ligados à mais importante indústria do nosso País.”*<sup>224</sup>

As obras de transformação e adaptação das instalações vão continuando e, pela verba apresentada neste ano para a rubrica correspondente, **a electrificação dos edifícios deve ter sido completada em 1955.**<sup>225</sup> **Mário Fadigas confirma que a partir da década de 50 a Fábrica trabalha toda a electricidade.**<sup>226</sup>

Em 1956 continua a reclamar-se a intervenção do Estado face a uma situação de crise generalizada no sector, que leva a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça a não poder distribuir dividendos aos accionistas, apesar de não se classificar como uma das empresas com maiores dificuldades no sector: *“Apesar das grandes contrariedades que vimos suportando, a situação económica da nossa Companhia continua a manter-se saudável, e as dificuldades financeiras que atravessamos e estão hoje, aliás, generalizadas devem-se especialmente à manutenção de stocks avultados, que o bom senso entende não dever sacrificar a um mercado interno sem condições de absorção, e cujos resultados seriam, por consequência, pouco satisfatórios. (...)”*

*No caso especial da nossa Companhia há ainda que registar o facto, bem conhecido, é certo, mas que nunca é demais repetir, de que com um sacrificio de que a maioria dos Srs. Accionistas felizmente reconhece, temos vindo a cumprir um plano estabelecido e remodelação e reapetrechamento das velhas instalações da nossa unidade, embora ele tenha de fazer-se mais lentamente do que seria nosso desejo, pelos apertados limites das nossas possibilidades.”*<sup>227</sup>

A situação da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça não deveria ser invulgar no sector, nesta época, pois, apesar da economia portuguesa ter enveredado pela criação de Planos de Fomento a indústria algodoeira não saiu beneficiada com esta nova orientação.

<sup>224</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1955.

<sup>225</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1955.

<sup>226</sup> Cf. Entrevista com Mário Fadigas Anexo II.

<sup>227</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1956.

O sentimento de que a concorrência obrigava a um constante e urgente reapetrechamento das velhas unidades fabris, que marca toda a documentação da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça referente a este período, deve, em grande medida, ter sido comum a todo o sector. De facto, o 1.º Plano de Fomento (1953-58) privilegia novos sectores, tendo as indústrias tradicionais como a têxtil-algodoeira, sofrido um período de estagnação: *“De qualquer modo, o crescimento nos anos 50 assenta nos sectores mais modernos, nomeadamente nas indústrias consideradas motoras de desenvolvimento económico – metalúrgicas de base, metalomecânicas, produtos metálicos, material eléctrico e de transporte, químicas, papel e refinação de petróleo. Ao dinamismo dessas indústrias opôs-se uma estagnação relativa de algumas indústrias tradicionais (especialmente extractivas, mas também a alimentação e bebidas, os têxteis, a madeira, a cortiça e o mobiliário) que mantêm taxas de crescimento incapazes de acompanhar o ritmo das primeiras”*.<sup>228</sup>

No final do trabalho desta Direcção, que termina com a sua demissão, a Fábrica parece ter adquirido novos espaços e secções mais modernas e reapetrechadas. A origem do material é quase sempre estrangeira – inglesa ou alemã.

Conseguida a integração da estrada que dividia os dois espaços de produção a Direcção lançou-se num plano de transformação e reapetrechamento, segundo uma maqueta que podemos ver na capa da publicação já referida sobre a modernização e contando, em princípio, com as ajudas ao abrigo do Plano Marshall. *“A esperança de adquirir na América do Norte, através do Plano Marshall, parte do maquinismo que necessitamos, desvaneceu-se depois de várias e trabalhosas diligências feitas em Lisboa junto das Entidades Oficiais, e pena é, porque, à parte as facilidades que se aproveitavam, tratava-se de material muito interessante sob o ponto de vista técnico e económico.*

*Vai, pois a Direcção fazer novas diligências junto de outras fontes produtoras de maquinismo e resolver a aquisição do que mais interessa.”*<sup>229</sup>

Tendo já desde 1950 uma nova secção de acabamentos, a partir de 1951 a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça empreende uma transformação que se traduziu por construção de novos edifícios junto à estrada, reunião da tecelagem num novo salão para o qual foram

<sup>228</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 330 referindo-se e citando M. Fernanda Rollo.

<sup>229</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1951.

Sabemos que Portugal estava de facto abrangido pelo Plano Marshall, como já referimos, mas não dispomos de dados para explicar porque é que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça não conseguiu ser abrangida por este plano.

adquiridos novos teares automáticos e se transformaram os velhos teares mecânicos em automáticos, com material Fischer; foram também adquiridas caneleiras modernas: as super-automáticas Schlafhorst; modernização da secção de fiação com novas cardas Platt e Rieter; construção de novos edifícios (junto à estrada) para as secções de fiação e acabamentos, assim como para escritórios e armazéns de tecidos; reacondicionamento das secções de fundição, serralharia e carpintaria, no edifício velho que ficará com espaços devolutos.<sup>230</sup>

Para além de tudo isto é também durante este período que se constrói a nova sede da Companhia no Porto, um trabalho realizado pela Cooperativa de Pedreiros Portuense segundo projecto do arquitecto Moura e Costa.<sup>231</sup>

Termina a Direcção a sua publicação sobre o reapetrechamento com as seguintes palavras:

*“É evidente que em tudo isto se gastou muito dinheiro e pode pensar-se que a nossa situação não aconselhava, nesta altura, tamanho dispêndio.*

*Ponderando, porém, seriamente o assunto concluímos que, ou nos lançávamos francamente na transformação indispensável, ou acabávamos muito em breve, na ruína completa.*

*Estamos certos de que a nossa Companhia com certo sacrifício durante uns anos assegurará a prosperidade do seu futuro”<sup>232</sup>*

Palavras de força e esperança de quem se demite em bloco após obra feita, deixando a Companhia numa situação económica muito difícil, a crer nas palavras da Direcção seguinte: *“Embora os prejuízos sejam tão elevados, não queremos deixar de fazer sentir que os mesmos não são apenas motivados pela crise que assola a nossa Indústria. No caso da nossa Companhia, a crise foi sobretudo de homens, pois os prejuízos apresentados provêm principalmente da incompetência administrativa daqueles que detiveram nas suas mãos os destinos desta Empresa nos últimos anos.”<sup>233</sup>*

## 5.º Período

### De 1957 a 1968

Este período não tem imprensa como fonte primária, apoia-se, portanto, exclusivamente nos relatórios da Direcção e testemunhos de antigos trabalhadores.

<sup>230</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Modernização-Reapetrechamento, Porto, 1957.

<sup>231</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1950.

<sup>232</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Modernização-Reapetrechamento, Porto, 1957.

<sup>233</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1957.

Após um ano com uma Direcção transitória, que assina somente o relatório de 1957, este período é marcado pela Direcção de António Dias Leite e João M. Correia de Oliveira, aos quais se junta, a partir de 1962 o engenheiro Jorge Correia Monteiro.

A Direcção transitória, assume os cargos após a demissão da anterior. Toma posse em 9 de Janeiro de 1957 e traça um quadro bastante negro da situação da Companhia, no único relatório que assina, em que é apresentado um prejuízo de 6.346.358\$22: *“Muitos de V. Exas. estranharão talvez, que os prejuizos apresentados sejam tão elevados. A verdade é que os mesmos não traduzem o prejuizo real verificado durante o exercicio de 1957, mas sim o somatório deste, e de outros prejuizos que se verificaram em anos anteriores, e que não sabemos ao certo porque razão a anterior Direcção sistematicamente escondeu. (...)”*

*Fazemos votos sinceros ao depormos o mandato para que fomos eleitos, (...) que V. Exas. tenham em mente não só a salvaguarda do capital, mas também e principalmente o futuro daqueles que há tantos e tantos anos têm sido fieis colaboradores desta Companhia e oxalá V. Exas. se dignem tomar urgentemente todas as medidas necessárias para que esta Empresa venha a sobreviver à grave situação em que se encontra.”*<sup>234</sup>

1958 é um ano muito dificil internamente: *“Teve a nossa Companhia, devido às dificuldades financeiras que atravessou no corrente ano, que realizar, além da Assembleia Geral Ordinária de 19/3/58, mais quatro Assembleias Extraordinárias, sendo uma em 5 de Fevereiro, em que fora apreciada a situação económica da Companhia, outra em 7 de Março em que foi aprovada uma proposta de aumento de capital de Esc. 3.000.000\$00, outra em 21 de Abril, em que se procedeu à eleição dos actuais corpos administrativos, e finalmente outra em 25 de Agosto para alteração dos Estatutos.*

*É com satisfação que informamos que em princípios de Julho pusemos a laborar as nossas instalações fabris e os resultados de rendimentos obtidos são considerados satisfatórios.”*<sup>235</sup>

Tendo a Fábrica suspenso a sua laboração enquanto se procurava uma solução para a Companhia, o relatório de 1958 é sobretudo marcado pela esperança numa nova vida da Companhia, que refere, além do aumento do capital social para 6.000.000\$00, *“Para melhoria da nossa Fiação, compramos cerca de 2400 fusos que devem entrar em laboração em princípios do ano de 1959, representando um investimento de cerca de 3000 contos.*

*Também adquirimos 26000 m2 de terreno anexo à nossa Central Eléctrica.*

<sup>234</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1957.

<sup>235</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1958.

*A conta de Lucros e Perdas, apresenta um saldo negativo de Esc. 1.767.967\$82, que propomos seja levado a Conta, Perdas de 1957, que passará a denominar-se Perdas de 1957/58.*<sup>236</sup>

A situação parece de facto melhorar, sendo 1959 um ano em que a Companhia regista lucro, mas este será absorvido em pagamento de prejuízos anteriores.

A exportação continua a ser o melhor mercado da Companhia. Neste sector a Direcção elogia as medidas do Secretário de Estado do Comércio Dr. Correia de Oliveira (por coincidência ou não tem o mesmo apelido que um dos membros da Direcção), por ter criado um prémio de exportação.<sup>237</sup> Com efeito também Mendes, A. (1999) afirma, na caracterização da indústria portuguesa durante o 2.º Plano de Fomento (1959-1964), que o sector têxtil está direccionado para o mercado externo.<sup>238</sup>

Embora não possa ainda ser distribuído dividendo aos accionistas, o ano de 1960 é bem sucedido, apresentando um saldo positivo: *“Possuídos e animados de uma vontade firme e mercê das medidas de protecção promulgadas pelo Governo, é nosso propósito elevar a nossa unidade a um nível técnico compatível com a sua grandeza e projecção, tendo, para o efeito, estudado e concebido um plano de organização e reapetrechamento que iremos realizando na medida das nossas possibilidades financeiras.”* Esclarece-se que se compraram várias máquinas para beneficiar o trabalho.<sup>239</sup>

Havendo um hiato de documentação relativo a 1961, o discurso da Direcção em 1962 continua na mesma linha.

Os relatórios seguintes são muito pouco descritivos, logo tornam-se muito pouco esclarecedores. No entanto o reapetrechamento continua a ser a tónica principal da actuação dos corpos gerentes. Os lucros são todos absorvidos por perdas de anos anteriores, não havendo por isso, neste período, lugar à distribuição de qualquer dividendo aos accionistas.

O relatório de 1967 volta de novo a falar de crise no sector e mostra-se esperançado na intervenção estatal: *“Confiando em que os problemas da nossa indústria encontrem solução a curto prazo, na medida em que estão a merecer a melhor atenção por parte do Governo e*

<sup>236</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1958.

<sup>237</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1959.

<sup>238</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 335.

<sup>239</sup> Esta nota é estranha se tivermos em conta o anterior plano levado a efeito. Dar-se-á o caso de o plano relatado na publicação específica não ter sido cumprido? No entanto os edifícios foram construídos, pois as imagens inseridas na publicação correspondem aos edifícios que constituíam a Fábrica de Fiação e Tecidos à data do seu leilão, que presenciámos.

*Comissão nomeada oficialmente para o seu estudo, esperamos ver debelada a crise que nos vem assoberbando de maneira tão efectiva.*<sup>240</sup>

Por uma única vez, neste ano de 1967, aparece uma referência às actividades sociais da Direcção, sem especificar mais nada.<sup>241</sup>

Numa caracterização global dos efeitos do 2.º Plano de Fomento (1959-64) pode falar-se de modernização falhada do sistema produtivo, numa certa desarticulação do espaço económico nacional e da crescente predominância dos grupos financeiros com a crescente tendência de concentração de capitais,<sup>242</sup> circunstâncias em que as dificuldades da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça talvez tenham o seu enquadramento. Também o Plano de Fomento Intercalar (1965-67) continua a apostar e a investir nas indústrias mais modernas, visando os mercados de exportação.<sup>243</sup> Também a exportação era a principal aposta da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, mas como os seus próprios corpos gerentes alertam por várias vezes, não se encontraria suficientemente reapetrechada para concorrer nesse mercado.

## 6.º Período

### 1969-1974

Este período não tem imprensa como fonte primária, apoia-se, portanto, exclusivamente nos relatórios da Direcção e testemunhos de antigos trabalhadores.

Nos dois primeiros anos deste período o engenheiro Jorge Correia Monteiro mantém-se na Direcção. O outro membro é Joel Artur Rodrigues. A partir de 1971 é este último que continua na Direcção, com José Carlos Maia Pinto.

O primeiro relatório deste período, dá-nos conta que de que a Companhia passou por um período muito difícil, de que foi alvo um processo em Tribunal e que terminou com a

<sup>240</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Porto, 1967.

<sup>241</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal. Porto, 1967.

<sup>242</sup> Santos, Américo Ramos dos, (1989) "Abertura e Bloqueamento da Economia Portuguesa", in Portugal Contemporâneo, vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, p. 150 e Mendes, A. (1999). *Op. Cit.*, p. 332-3.

<sup>243</sup> Mendes, A. (1999). *Op. Cit.*, p. 336.

“homologação da Concordata da (...) Sociedade em 23 de Julho de 1969, por sentença do tribunal Judicial de Alcobaça.”<sup>244</sup> Pelo que se depreende da leitura do relatório só a partir dessa data foi possível recomeçar a tomar decisões.

Apesar de não conseguirmos situar num contexto geral esta medida concreta da realização de uma Concordata, parece-nos ter sido um esforço da Companhia (aproveitando uma certa abertura do Estado e do sistema bancário), para sobreviver.

O 3.º e último Plano de Fomento (1968-1973) marca uma inflexão na política do Estado Novo, que deu o mote para a designação de “Primavera Marcelista”. “Discute-se, então, a revogação do condicionamento industrial;<sup>245</sup> actua-se deliberadamente no sentido de favorecer a formação, reforço e consolidação dos grupos económicos,<sup>246</sup> incentivando-se o investimento estrangeiro em Portugal.

O aumento do capital social (que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça realiza por várias vezes neste período), a mudança de sede e a assinatura da Concordata, parecem-nos ter sido as medidas adoptadas para sobreviver, numa época em que se intensifica a concentração de capital e o desaparecimento das empresas mais pequenas face ao surgimento de grupos monopolistas. “Neste período [1968-1973] desapareceram, em média, 263 empresas por ano (...)”<sup>247</sup> Neste mesmo período o aumento de capital das sociedades anónimas foi muito grande, podendo ser considerado no contexto de um “boom” do mercado de capitais.<sup>248</sup>

Numa Assembleia Geral Extraordinária, em 18 de Agosto de 1969, tomou posse a nova Direcção, onde se mantém o engenheiro Jorge Correia Monteiro.

A partir dessa data a Direcção tomou medidas importantes como por exemplo:

- Transferir a sede da Companhia para Alcobaça
- Aumentar o capital social para 9.000.000\$00, “aumento este integralmente realizado em numerário”.

<sup>244</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório, Balanço e Contas do Exercício, Alcobaça, 1969.

<sup>245</sup> Este pode ser considerado como tendo actuado como travão à indústria portuguesa.

<sup>246</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 337.

<sup>247</sup> Santos, Américo Ramos dos, (1989) “Abertura e Bloqueamento da Economia Portuguesa”, in Portugal Contemporâneo, vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, p. 115.

<sup>248</sup> Santos, Américo Ramos dos, (1989) “Abertura e Bloqueamento da Economia Portuguesa”, in Portugal Contemporâneo, vol. 5, Lisboa: Publicações Alfa. Nas palavras de Mário Fadigas – que já não estava na Companhia nesta data – este empréstimo terá sido “o princípio do fim.” Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.



- A produção começou a recuperar, mas a Companhia tem de liquidar em 12 anos sem juros (condições estabelecidas pela Concordata) o passivo anterior à data da Concordata
- Criar uma rubrica nas contas que se refiram a clientes devedores cujo pagamento é altamente duvidoso para que se possam contar essas quantias como praticamente perdidas

Neste ano há uma conta anormalmente elevada para despesas de administração, em resultado das despesas do contencioso.

Continua a não haver dividendo, pois, embora após a Concordata a produção tenha decorrido normalmente, os lucros obtidos são necessários para pagar dívidas anteriores.<sup>249</sup>

Em 1970 o saldo de Lucros e Perdas é de 3.570.342\$74 (sendo parte dele discriminado como resultando da Concordata) e é recomendado que se mantenha para amortizar prejuízos de anos anteriores. Continua, portanto, a não haver distribuição de dividendos aos accionistas.

Neste relatório o panorama é muito satisfatório, sendo de realçar a caracterização da situação financeira da Companhia como *“bastante saudável”*.<sup>250</sup>

Deste relatório salientam-se os benefícios decorrentes da Concordata e outros aspectos, nomeadamente:

- Aumento de capital para 12.000.000\$00 *“mais de harmonia com a dimensão da empresa. (...) Das 30.000 acções de 100\$00 cada, totalmente subscritas, encontrava-se realizado em 31-12-1970 1.200.000\$00, tendo os restantes 60% dado entrada na Caixa Social já no mês de Janeiro do corrente ano.”*
- No cumprimento da Concordata foram pagos 1.976.730\$50
- Vendeu-se, por 500.000\$00, à Companhia Agrícola de Alcobaça, os armazéns do Valado, uma vez já não serem necessários pois a Companhia dispõe de transportes próprios para matérias-primas e produtos.
- Melhoria na área da Fiação *“à custa de uma melhoria substancial verificada no abastecimento de ramas e de uma maior produtividade.”* No mês seguinte prevê-se a entrada em funcionamento de um torce e dois laminadores, *“adquiridos à Firma Serra-Saco-Lowell S.A.”*

<sup>249</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório, Balanço e Contas do Exercício, Alcobaça, 1969.

<sup>250</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1970, Alcobaça, 1970.

- Na mesma secção de Fiação foram levadas a cabo reparações nas cardas, foram adquiridos 4 torcedores de 368 fusos cada e uma bobinadeira de 88 fusos; esta última só começou a funcionar depois de realizado o relatório.
- Na secção de Fiação o total de investimento ultrapassou os 3.000 contos, salientando a Direcção de que 2.000 contos já se encontram pagos.
- Na secção Tecelagem abandonaram-se *“os teares que não ofereciam quaisquer hipóteses de rentabilidade”*, transformando-se o processo de fabrico. A Fábrica parece não estar ainda muito adaptada a esta nova realidade pois diz-se: *“procura-se um maior valor acrescentado para os nossos produtos em acabamentos e confecção, o que conduz a um aumento do stock dos produtos fabricados, não só devido a um mais demorado processo de fabrico, como também pelo mercado a que se destinam.”*
- Pelo que se depreende o mercado preferencial é o interno, mas, isso tem como consequência, nas palavras da Direcção: *“elevadas existências a fim de servir a clientela com a urgência que, quase sempre, reclama.”*
- Houve um significativo aumento de vendas.

Neste ano de 1970 foi posto a funcionar um novo sistema de gestão: A *“Direcção por Objectivos”*, promovendo reuniões de trabalho semanais com os encarregados de cada secção. Esta estratégia avalia-se, no relatório da Direcção, como estando a ser bem sucedida e pensa-se em alargar a equipa de trabalho neste sistema.<sup>251</sup>

1971 é de novo ano de aumento de capital, que se fixa por esta altura em 15.000.000\$00.<sup>252</sup>

Também os preços da matéria-prima e mão-de-obra aumentaram. Foi o ano do Contrato Colectivo de Trabalho para a Indústria Têxtil que se reflectiu na Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça num acréscimo de 32% nas despesas de salários.

A concorrência, sobretudo no mercado externo, revelou-se feroz, o que leva a Direcção a declarar: *“Impõe-se, pois, urgentemente, uma reconversão da nossa secção de Tecelagem, adaptando-a ao fabrico de artigos mais exigentes, onde a concorrência nos mercados externos não seja tão desenfreada e nos permita a obtenção dum maior valor acrescentado para os nossos produtos. [Neste campo] Dentro da orientação atrás preconizada e uma vez que a nossa secção de Fiação está apta a abastecer a Tecelagem com fio de boa qualidade, após os investimentos efectuados e já referidos no relatório do ano anterior, chegou a altura de*

<sup>251</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça:Relatório e Contas do ano de 1970, Alcobaça, 1970.

<sup>252</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça:Relatório e Contas do ano de 1970, Alcobaça, 1971.

nos virarmos para esta última secção e bem assim para a de Acabamentos. Para o efeito adquiriu-se uma urdideira e engomadeira e fecharam-se contratos para o fornecimento de 24 teares largos e automáticos e bem assim para a compra de aparelhos modernos de tinturaria a instalar no exercício de 1972, num total aproximado de 5000 contos, o que nos permitirá não só uma economia de mão-de-obra, como também possibilidades de fabrico de artigos mais bem remunerados.<sup>253</sup>

A produção aumentou cerca de 10%, as vendas cerca de 30%, mas o ano termina com um saldo negativo, não estando também ainda subscritas as 30.000 acções do aumento de capital.<sup>254</sup>

Também o ano de 1972 regista prejuízo, justificado pela Direcção no Relatório anual, pela desvalorização dos bens da Companhia, baseada na diferença da legalidade da forma de avaliação: Apesar das vendas terem aumentado em 30%, a alta de custos e a alteração do critério “de valorimetria dos produtos acabados em conformidade com a orientação aconselhada pela Direcção Geral de Contribuições e Impostos” o valor das existências da empresa foi reduzido em 477.07\$90, o que fez com que o saldo geral fosse negativo.<sup>255</sup>

As linhas gerais do relatório desse ano parecem apostar na modernização e competitividade, continuando a pagar as despesas inerentes à Concordata.

Salários e matérias primas continuam a sofrer aumentos. O capital social da Companhia é agora de 18.000.000\$00, estando desta vez as acções subscritas na totalidade. Dado o condicionamento decretado superiormente dos mercados de Angola e Moçambique (principais pontos de exportação da Companhia) houve que procurar mercados no estrangeiro, enfrentando a concorrência de países com excesso de mão-de-obra e com medidas proteccionistas à sua produção. “Regista-se, porém, a nossa satisfação por verificarmos o cuidado que o Governo, por intermédio do FUNDO DE FOMENTO DE EXPORTAÇÃO, passou a dispensar à actividade exportadora, com a criação já em 1973 de incentivos que, estamos certos, virão trazer novo impulso às exportações do sector têxtil algodoeiro, de tão grande representatividade na economia nacional.”<sup>256</sup>

Só no final do ano é que todo o material ficou operacional e as contas deste ano não espelham ainda as possibilidades da nova maquinaria, onde houve um investimento de vulto: “Aumentou-se a capacidade de produção da secção de Fiação com a instalação de 5 con-

<sup>253</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1971, Alcobaça, 1971.

<sup>254</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1971, Alcobaça, 1971.

<sup>255</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1970, Alcobaça, 1970 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1972.

<sup>256</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1972, Alcobaça, 1972.

*tinuos com 2.160 fusos novos e procedeu-se na tecelagem à montagem dos primeiros 12 teares largos, dos 24 adquiridos. Para a secção de Acabamentos adquiriu-se uma instalação de tratamento de águas e aparelhos modernos de tinturaria” No total gastou-se neste ano 7.337 contos. (...) Esperamos que o ano de 1973 seja o início de um novo período para a vida da Companhia, uma vez que o total das máquinas adquiridas no triénio 1970/72 – no valor aproximado de 12.000 contos – permitirá a obtenção de maior e mais valiosa produção.*<sup>257</sup>

Fazendo um balanço do último triénio a Direcção avalia o crescimento em 43%.

*“A estrutura financeira da empresa viu-se assim consideravelmente melhorada em consequência do aumento de capital próprio ter sido superior ao crescimento do passivo exigível. Esta preocupação da consolidação financeira aliada à da recuperação da empresa constituíram dois objectivos dominantes ao longo do nosso mandato, atenta a situação em que se encontrava a Companhia quando o iniciámos”.*<sup>258</sup>

Por fim, ainda nesse relatório, a Direcção assegura que se tem preocupado com as perspectivas de futuro da Companhia, procurando definir os melhores investimentos e a melhor forma de desenvolvimento da produção.<sup>259</sup>

1973 é um ano muito difícil, essencialmente devido a:

- a) aumento extraordinário do preço do algodão em 125% segundo os índices da OCDE
- b) aumento dos ordenados dos empregados em 20%, devido à actualização do contracto colectivo de trabalho.<sup>260</sup>

De facto a inflação no início da década de 70 é galopante.<sup>261</sup>

No relatório referente a esse ano a Direcção expressa o receio por um grande aumento da inflação em 1974: *“Baseados em informações seguras, somos levados a acreditar que em 1974 vão actuar dois factores de sinal contrário – por um lado, tanto a desaceleração prevista da massa monetária com as recentes medidas definidas pelo Governo ao elevar a taxa de redesconto, como a já referida desaceleração da procura externa contribuirão para uma descida da procura; por outro lado, a subida, em grande parte importada, dos custos de produção vai provocar reforço da pressão para subida dos preços.*”<sup>262</sup>

<sup>257</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1972, Alcobaça, 1972.

<sup>258</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1972, Alcobaça, 1972.

<sup>259</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório e Contas do ano de 1972, Alcobaça, 1972.

<sup>260</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça Relatório e Contas, 1973, Alcobaça, 1973.

<sup>261</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit, p. 337.

<sup>262</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça Relatório e Contas, 1973, Alcobaça, 1973.

No entanto os produtos da Companhia registaram muita procura tanto no mercado interno como nos externos, tendo as vendas aumentado 45%. A Direcção considera que “*O Balanço revela o crescimento harmonioso da empresa com melhoria notória dos seus graus de liquidez e de solvência (...) Ainda neste exercício foi a Companhia inscrita como importadora de algodão em rama e como exportadora dos seus produtos, tendo já realizado operações nas duas modalidades com bons resultados. Pretende-se com esta política uma redução dos custos de distribuição.*”<sup>263</sup>

Em 1973, precisamente, 34% das exportações portuguesas de produtos industriais eram ocupadas pelos têxteis, indústria considerada por Santos, A.R. (1989), como “*tradicional, de baixa produtividade e reduzido valor acrescentado.*”<sup>264</sup>

Apesar deste ano terminar para a Companhia com um saldo positivo de 1.912.291\$30, não haverá lugar à distribuição de dividendo, uma vez que o referido saldo é aplicado na amortização de prejuízos anteriores.<sup>265</sup>

Em 1974, tendo-se confirmado a subida da inflação, a aquisição de matéria-prima reflecte-se duramente nas contas.

No relatório desse ano refere-se a recessão dos mercados interno e externo; mencionando-se especificamente o embargo às compras a Portugal por parte da Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, que eram bons mercados.<sup>266</sup>

Para além destes as trocas com as colónias tinham vindo a enfraquecer durante este período, mesmo antes da Revolução.<sup>267</sup>

Continua a Direcção a referir-se ao reapetrechamento da Fábrica: “*No seguimento da política de modernização do parque de máquinas que permita dotar a empresa de meios técnicos suficientes para resolver, em tempo útil, os múltiplos problemas conjunturais que se levantam, executámos na íntegra o plano de investimentos programado para o ano de 1974 e que ultrapassa os 8.000 contos. Atrasos dos nossos fornecedores, a que somos alheios, não permitiram, porém, que nos fosse entregue a totalidade das máquinas adquiridas.*”

---

<sup>263</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça Relatório e Contas, 1973, Alcobaça, 1973.

<sup>264</sup> Santos, Américo Ramos dos, (1989) “Abertura e Bloqueamento da Economia Portuguesa”, in Portugal Contemporâneo, vol. 5, Lisboa: Publicações Alfa, p. 128.

<sup>265</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça Relatório e Contas, 1973, Alcobaça, 1973.

<sup>266</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça Relatório e Contas, 1974, Alcobaça, 1974.

<sup>267</sup> Santos, Américo Ramos dos, (1989) “Abertura e Bloqueamento da Economia Portuguesa”, in Portugal Contemporâneo, vol. 5, Lisboa: Publicações Alfa, p. 140-141.

*Assim, recebemos uma instalação de abertura, limpeza e batedores, uma máquina automática de limpar canelas, um gigger e uma engomadeira. Em 1975 serão instalados mais dois laminadores, um torce e dois contínuos de fiação.*"<sup>268</sup>

No global classifica-se o ano como tendo tido um percurso desequilibrado, pois se o primeiro semestre revelou um grande índice de vendas o segundo registou prejuízo.

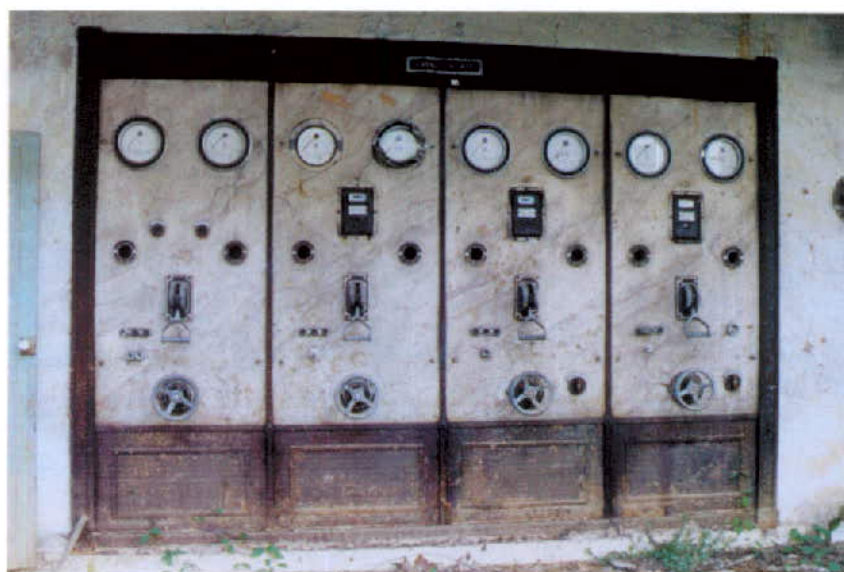
Provavelmente este desequilíbrio estará directamente relacionado com a mudança política que ocorreu em Portugal, com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e com esta deverá também estar relacionado o embargo económico referido por parte de alguns países.

No global, as vendas aumentaram 16%.

O saldo positivo apurado é de 435.069\$72, mas continua a não ser distribuído dividendo pois é necessário amortizar prejuízos anteriores e continuar os pagamentos referentes à Concordata.<sup>269</sup>

Em todo este período se refere que há fornecimento de energia (eléctrica e de vapor) por empresas externas.<sup>270</sup>

**A Central Eléctrica continuava em actividade. Esteve em funcionamento até 1985, como nos referiu o Dr. Carlos Maia Pinto, (Director da Companhia até ao seu término), que no entanto fez questão de informar que a energia produzida tinha um custo elevado, sendo vantajoso a sua obtenção por contratação externa. A Central Eléctrica funcionou até à reforma dos trabalhadores que a ela estavam afectos.**



**Estado actual do quadro eléctrico da Central**

<sup>268</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça Relatório e Contas, 1974, Alcobaça, 1974.

<sup>269</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça Relatório e Contas, 1974, Alcobaça, 1974.

<sup>270</sup> Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça: Relatório, Balanço e Contas do Exercício, Alcobaça, 1969-1974.

## 2 – O “AMBIENTE” DA FÁBRICA: ESTRUTURAS SOCIO-CULTURAIS CRIADAS NO SEIO DO EMPREENDIMENTO COM FORTES INTERLIGAÇÕES COM A VILA DE ALCobaça

### 1.º Período: 1875-1898

#### Da fundação até à morte de A. Guimarães

Desde o início da construção do empreendimento que existe uma manifesta relação de empatia entre Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães e os trabalhadores.

Aquando do desastre ocorrido em 1875 que obrigou ao desvio da curva do leito do rio<sup>271</sup> encontramos a primeira prova de uma ligação afectiva entre o Director da Fábrica, e os operários, que marca todo este período do estabelecimento fabril. Com efeito, os operários da Fábrica, consternados com o azar da queda da parede, oferecem uma semana de trabalho ao Director, como forma de atenuar o prejuízo. O Director, apesar de emocionado, recusa, por considerar que o dinheiro dos salários é muito preciso nos lares dos operários.<sup>272</sup>

Desde o seu início que os promotores da Companhia a afirmam como motor de desenvolvimento da região. Essa é uma das razões invocadas para o recrutamento de mão-de-obra local, apesar de não haver na região pessoas com formação adequada para este tipo de trabalho. A opção pela mão-de-obra local é referida como vantajosa, oferecendo maior garantia de estabilidade e qualidade de trabalho, permitindo também salários mais baixos. Refere-se, apesar disso, o recrutamento de alguma mão-de-obra especializada estrangeira, designadamente a chegada, neste 1.º período, de três mestres provenientes de Barcelona.

A questão da formação de mão-de-obra, nomeadamente da formação de operários especializados, é abordada, por diversas vezes, nos documentos oficiais que consultámos.

Embora o ensino industrial e a formação de operários e artífices em diferentes áreas seja uma preocupação efectiva da Regeneração desde 1852<sup>273</sup> os estabelecimentos de ensino situavam-se só nos grandes centros: Lisboa e Porto.

Assim, uma das primeiras tarefas para a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, (após a construção dos edificios), é a formação dos operários.

---

<sup>271</sup> V. p. 34.

<sup>272</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, 1876, Porto.

<sup>273</sup> Cf. Mendes, A. (1999). *Op. Cit.*, p. 205-206.

No relatório de 1878 refere-se a formação dos operários como uma tarefa necessária para o futuro rendimento da Fábrica, mas impeditiva, no início, de uma maior rendibilidade imediata: *“Como deveis supor, srs, accionistas, é sempre difficil e morosa a fundação de estabelecimentos desta natureza, num país onde faltam não só quase todos os elementos materiais, como pessoal habilitado para o ensino e direcção fabril; e, se acrescentarmos a isto a necessidade que tivemos de criar operários para uma indústria completamente desconhecida na localidade, tereis compreendido as causas do pequeno desenvolvimento fabril na parte do ano em que a Fábrica funcionou, e que esse desenvolvimento ainda não poderá atingir o seu máximo grau no corrente ano.”*<sup>274</sup>

### Casas para operários

As preocupações sociais com os operários (a quem tantas vezes a Direcção se refere como colaboradores), são notórias desde o início da Fábrica.



Estado actual das casas junto à Fábrica

As casas para empregados são mencionadas logo no primeiro relatório de que temos notícia (relativo a 1876). Esta intenção é expressa pela Direcção quando justifica a compra de uns terrenos contíguos à Fábrica. Embora esta aquisição se justifique de imediato para evitar

<sup>274</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto 1878.



futuros conflitos com extremas de terrenos, estes poderão vir a ser utilizados, como expõe a Direcção aos accionistas, para construir casas para operários. A construção das primeiras casas tem lugar em 1878 e é justificada da seguinte forma: “ *Com relação às cinco casas resolvemos manda-las construir não só para aproveitar diversos materiais, restos que ficaram da edificação da Fábrica, como pela obrigação que tínhamos de dar moradia a alguns empregados que foram contratados com essa condição.*”<sup>275</sup> A intenção expressa é de incentivar estas construções assim que a situação financeira da Companhia o permita.

Ainda antes de iniciar a actividade lucrativa a Fábrica tornou-se um cartão de visita da Vila, pois logo em 1877 o estabelecimento fabril é visitado pelo Rei D. Fernando, esposa e o infante, que muito elogiam o empreendimento.<sup>276</sup>

Como forma de assinalar o início da laboração da Fábrica (1878) Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães oferece um jantar a todos os que trabalham na Fábrica, o que nos parece expressar uma clara intenção de criar um espírito de família entre todos os trabalhadores do estabelecimento fabril.<sup>277</sup>

### **Caixa de Socorros**

Desde o início da actividade lucrativa que os trabalhadores são uma preocupação marcante na aplicação dos dividendos. Logo em 1880 é criado um fundo de ajuda aos operários. Em 1888, por proposta do accionista Bernardo Pereira do Vale, é criada a **Caixa de Socorros Mútuos dos Operários**. Esta instituição, cujos estatutos foram submetidos à aprovação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria para um funcionamento legal e efectivo, **inicia o seu funcionamento em 1889 com 375 sócios**, dos quais, logo nesse ano, foram subsidiados 228. Esta instituição não pára de crescer tendo em 1896 quase tantos sócios como operários tem a Fábrica.

A assistência aos operários é um motivo de orgulho da Direcção da Companhia, cujas palavras, no relatório anual de 1892, salientamos: “*A Caixa de Socorros dos Operários continua a prestar os seus benéficos efeitos. Como vereis pelo mapa junto, despendeu-se a quantia de 526\$053 reis em subsídios pecuniários, medicamentos e visitas médicas, durante*

---

<sup>275</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1878.

<sup>276</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1878.

<sup>277</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1878.

*o ano. Esta instituição é ainda a consequência da criação da nossa indústria em Alcobaça, e uma das suas muitas vantagens para as classes trabalhadoras.*"<sup>278</sup>

Apesar de integrado num espírito mutualista que grassava em Portugal nos finais do séc. XIX, parece-nos poder considerar um carácter pioneiro da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça ao criar esta Associação de Socorros Mútuos, cuja iniciativa parte da Assembleia Geral, até pelos posteriores desenvolvimentos que esta associação irá ter. Poderemos talvez considerar a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça uma excepção positiva no panorama industrial português, caracterizado, neste aspecto, pelo historiador Marques, O. (1986) como desprovido de qualquer assistência aos operários: "*Nem os governos nem os patrões dispensavam aos operários qualquer espécie de protecção legal ou de assistência contra acidentes, velhice, etc.*"<sup>279</sup>

Orgulhosa do seu trabalho em Alcobaça, a Companhia Fiação e Tecidos manifesta-se desagradavelmente surpreendida com os elevados impostos municipais, que poderão ser dissuasores de investimentos no concelho: "*O conselho fiscal está persuadido de que a vereação deste município ponderará nas suas resoluções que os accionistas desta Companhia, estranhos em grande maioria a Alcobaça, arriscaram os seus capitais criando naquela vila um custoso estabelecimento fabril, que não só beneficia muito as condições económicas e morais dos operários da localidade, mas também engrandece notavelmente a riqueza de todo o município. Impostos municipais muito onerosos, a agravar os já enormes gerais e distritais, intimidariam por certo quaisquer novas tentativas dos capitais, e prejudicariam fatalmente o desenvolvimento das indústrias que com alguma fortuna podem ser exercidas pela nossa Companhia.*"<sup>280</sup>

### **Relação Director/Trabalhadores**

Em 1898 comemora-se o 20º aniversário da Fábrica, enquanto unidade produtiva.

Na Fábrica há um jantar para assinalar a data, mas a comemoração extravasa em muito os muros da Fábrica para se estender a toda a Vila.<sup>281</sup>

A festa é descrita pelo periódico local Semana Alcobacense, como a perfeita união do capital e do trabalho, num local onde trabalham 600 pessoas, quase preconizando que é possível a construção de uma sociedade onde reinem estes princípios. O texto do jornal revela

<sup>278</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1892, pp. 13-14.

<sup>279</sup> Marques, A.H. de Oliveira, (1986). 3.ª edição, História de Portugal, vol. III, Lisboa: Palas Editores, p. 123.

<sup>280</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1882, p. 9.

<sup>281</sup> Cf. Relatório anual e imprensa local relativos a 1895.

um discurso marcado pelas ideias socialistas e/ou republicanas que se expandiam na época, sobretudo após o Ultimato.<sup>282</sup>

Desde muito cedo, que a Vila se apropriou carinhosamente do estabelecimento fabril, referindo-se a ele, na imprensa local, como “a nossa Fábrica” ou simplesmente “a Fábrica” e ao seu director como “*inteligente Director da Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaca*”. Em 1892, em plena crise económica do país, um periódico local refere-se à Fábrica como “*a maior fonte de riqueza do nosso concelho*”.<sup>283</sup> Aliás, num artigo em que se faz o historial e descrição da Fábrica, para terminar num rasgado elogio ao seu fundador e director, é descrita assim: “*Cercam-na dois elevados montes, com a água a borbulhar-lhe no regaço, com a sua chaminé a tocar a coroa desses montes, e os rolos de fumo a elevarem-se em espirais pelo ambiente fora – e lá dentro a vida do trabalho com o seu fausto, com os seus encantos – quinhentas pessoas trabalhando para outras tantas famílias, sem receio pelo dia de amanhã, porque lá em casa há o pão de cada dia, não o pão esmolado que é o mais caro de todos, mas o pão ganho no trabalho honrado, que é de todos o mais confortável!*”

*Aquilo é dele, deve-se a ele tudo [A. Guimarães]”*<sup>284</sup>

O periódico Semana Alcobacense tem, aliás, trechos muito marcados pelo genuíno entusiasmo pelo progresso que marca o séc. XIX e que deve ter sido um dos factores de aceitação de um empreendimento industrial numa terra que tinha já sido berço de inovações e que se sentiria um pouco esquecida após a partida dos habitantes do Mosteiro, que tinham marcado o tempo áureo da Vila.

## 2.º Período: 1898 – 1904

### Direcção de M. Martins da Cunha

Este segundo período pode ser considerado quase como um período de transição, quer pela sua curta duração, quer pela ausência de momentos de ruptura ou grandes inovações. Assim, optámos por não criar subdivisões no texto deste período.

<sup>282</sup> Cf. Semana Alcobacense, n.º 414, 29/5/1898.

<sup>283</sup> Semana Alcobacense, n.º 117, 24/7/1892.

<sup>284</sup> Semana Alcobacense, n.º 345, 31/1/1897.

A figura do primeiro Director da Fábrica continua a ser evocada quer na Fábrica quer na Vila. Em 1899 a Companhia promove uma homenagem a Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães, decide fazer um busto do primeiro Director para colocar à entrada da Fábrica,<sup>285</sup> e, na Vila de Alcobaça, abre-se uma subscrição para a construção de um monumento em sua memória.<sup>286</sup>

A formação de operários especializados e com experiência da Fábrica de Fiação e Tecidos poderá ter estado na origem da criação de outras estruturas industriais na região. É o que parece ter acontecido com uma nova Fábrica de Fiação e Tecidos – a Fábrica Carvalho e Ribeiro – fundada por dois sócios, em Dezembro de 1899. Um destes sócios – Bernardino Ribeiro – é referido como sendo empregado da Fiação e Tecidos.

Os operários da nova Fábrica Carvalho e Ribeiro devem também ter sido recrutados entre os da Fábrica da Fervença, pois são notados pela imprensa como estando presentes na cerimónia de trasladação do corpo de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães para um jazigo próprio, no segundo aniversário da sua morte.<sup>287</sup> Curiosamente, os operários da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça são notícia, relativamente ao mesmo acontecimento, mas para exprimir estranheza pela ausência destes na cerimónia. Segundo o jornal Semana Alcobacense alguns operários terão manifestado vontade de estar presentes, mas não lhes terá sido concedida autorização: *“Tornou-se deveras reparado que a Fábrica de Fiação e Tecidos não se fizesse representar, como censurado foi por toda a gente que alguns operários daquele estabelecimento manifestassem, como nos consta que manifestaram, desejos de vir assistir à lutuosa cerimónia, e tal não lhes fosse permitido.”*<sup>288</sup> De facto esta cerimónia não é sequer referida no relatório anual da Companhia.

A existência da Fábrica Fiação e Tecidos, com dimensão importante para a região, poderá ter sido responsável pela criação de um certo espírito operário, que se reflectiria numa consciência de classe e na tomada de posições políticas. Esta reflexão parece-nos reforçada com o facto de, em 1900, o jornal Semana Alcobacense noticiar, escandalizado, que, em vésperas de eleições para o governo, os operários da Fábrica da Fervença foram proibidos de votar, uma vez que era sabido que a maioria estava a favor da oposição.<sup>289</sup> De

<sup>285</sup> Semana Alcobacense, n.º 453, 5/3/1899. O busto foi de facto feito e ficou colocado na entrada do estabelecimento fabril até ao final do seu funcionamento e até ao seu leilão.

<sup>286</sup> Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1899. e Semana Alcobacense n.º 478, 480 e 481.

<sup>287</sup> Cf. Semana Alcobacense n.º 535-536, 30/9/1900 e 7/10/1900.

<sup>288</sup> Cf. Semana Alcobacense, n.º 536, 7/10/1900.

<sup>289</sup> Semana Alcobacense n.º 502, 11/2/1900.

facto, em 18 de Fevereiro de 1900, realizaram-se eleições; nestas, o Partido Republicano fortaleceu a sua posição.<sup>290</sup> Significará esta nota que os operários da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça estariam a favor de uma ideologia republicana? Tal facto não será de estranhar, uma vez que a grande maioria do operariado português, sobretudo a partir do ultimato inglês (1890), aderiu à nova solução política proposta pelo Partido Republicano Português, liderado pelo jovem Afonso Costa.<sup>291</sup> Este mesmo, enquanto deputado, em Março de 1900, denuncia no Parlamento, as fraudes eleitorais que se verificavam: "*Corte o Governo do mapa das suas forças as batotas de Paranhos, Ramalde, Campanha e S. Roque da Lameira e verá a que fica reduzido o seu efectivo monárquico. Pode talvez avaliar-se isso por Santo Ildefonso, onde a votação ocorreu livre e os republicanos tiveram dez vezes a votação dos monárquicos.*"<sup>292</sup> Terá sido Alcobaça mais um caso de manipulação e fraude? O que é estranho é o facto surgir nesta notícia a responsabilização clara deste acto a um "*filho de Alcobaça*".<sup>293</sup>

Os operários da Fábrica Fiação e Tecidos deveriam ter um empenhamento político e laboral activo, como se prova na sua participação nos protestos contra o governo em 1904, protestos estes a que se associaram o comércio e indústria da região, quer encerrando as portas em sinal de protesto, quer participando no comício de Leiria.<sup>294</sup>

A imprensa local não fica indiferente a qualquer assunto que possa afectar "a Fábrica". Em 1902, quando a crise da indústria algodoeira justifica mesmo a tomada de posições dos industriais, o periódico *Semana Alcobacense* expressa a sua apreensão receando o desemprego para os operários da indústria algodoeira o que, faz questão de referir, seria muito grave em Alcobaça, por esta indústria dar "*o trabalho a milhares de braços e o pão a muitíssimas bocas.*"<sup>295</sup>

A preocupação com o pessoal continua a ser uma constante desta direcção, que continua a **construção de casas** para alguns empregados (mestres e director) e a melhoria das condições de trabalho, nomeadamente com a construção de instalações sanitárias e a instalação de aquecimento na secção de fiação.

---

<sup>290</sup> Cf. Rodrigues, A.S. (coord. de) (s.d. - 1994), *História de Portugal em Datas*, Lisboa: Círculo de Leitores.

<sup>291</sup> Note-se a referência expressa pelo Sr. Mário Fadigas a que o pai (encarregado da Central Eléctrica) foi sempre politicamente a favor da República e do Afonso Costa. Questionado sobre assuntos políticos Mário Fadigas declarou que o operariado era maioritariamente de esquerda. Cf. entrevista a Mário Fadigas em Anexo II.

<sup>292</sup> Citado em Rego, R. (1986) *História da República*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 214.

<sup>293</sup> Cf. *Semana Alcobacense*, n.º 502, 11/2/1900.

<sup>294</sup> V. p. 50.

<sup>295</sup> Cf. *Semana Alcobacense*, n.º 593, 10/11/1901.

Apesar da situação de crise que o país atravessa e que atinge fortemente a indústria algodoeira a imprensa afirma uma situação razoável para a Companhia. Esta posição é expressa em diversos artigos, e parece ser corroborada pelo facto de, em 1901, se realizar uma visita organizada ao estabelecimento fabril da Fervença para operários de Leiria.<sup>296</sup>

Além disso por esta altura, mais que uma vez a imprensa local publica artigos elogiosos sobre a Fábrica, nomeadamente referências que encontra em jornais nacionais e internacionais. Exemplos disso são os casos de um jornal lisboeta que a refere como uma atracção da localidade: a *“conhecida Fábrica de Fiação e Tecidos, que atrai desde logo a atenção dos «touristes» no caminho da estação do Valado para a vila, e que tem merecido a visita e o elogio de milhares de pessoas tanto nacionais como estrangeiras, pelo aperfeiçoamento das suas máquinas, pela excelência dos seus produtos, pelo acerto e inteligência da sua administração e pela educação e aptidões do seu pessoal, tanto dirigente como trabalhador(...)*<sup>297</sup>; ou da *Encyclopédie Contemporaine*, revista das ciências, artes e indústria, que se publica em Paris, que lhe dedica um artigo, assinado por C. de Niceray. Deste artigo, transcrito na íntegra pelo jornal local *Semana Alcobacense*, extraímos algumas palavras que provam a vitalidade da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça perante o panorama industrial nacional e a importância disto para a Vila: *“Esta Companhia, fundada no 1.º de Julho de 1875<sup>298</sup>, inaugurou a sua Fábrica no dia 2 de Fevereiro de 1878. O seu começo foi muito modesto alcançando a pouco e pouco a sua importância actual, graças aos esforços perseverantes e seguros e à esclarecida iniciativa do seu primeiro director. De ano para ano foi alargando a sua esfera comercial e desenvolvendo a sua produção, chegando assim, após um período de 25 anos a fornecer trabalho a mais de 600 operários.*

*Ao seu primitivo fabrico de tecidos de algodão cru acrescentou sucessivamente outros artefactos de algodão.(...) Há dois anos a Fábrica estabeleceu secções para pano branqueado, que tem granjeado grande reputação, para diversos artefactos e para tinturaria. O seu fabrico tem merecido os prémios mais elevados nas exposições portuguesas e estrangeiras a que tem concorrido.(...)”*<sup>299</sup> *Grças a esta judiciousa organização e aos meios de*

<sup>296</sup> Cf. *Semana Alcobacense*, n.º 565, 28/4/1901.

<sup>297</sup> Artigo publicado no jornal lisboeta *Portugal*, citado em *Semana Alcobacense*, n.º 511, 15/4/1900.

<sup>298</sup> Segundo os dados apurados deve haver aqui o erro de um mês. Cf. p. 32.

<sup>299</sup> Em 1899 noticia-se enigmaticamente que a Fábrica de Fiação e Tecidos pensa fazer-se representar na próxima exposição de 1900, mas não encontramos qualquer sequência desta notícia. *Semana Alcobacense*, n.º 447, 22/1/1899.

*acção que acabamos de indicar, a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça é hoje a única cujas acções são cotadas com prémio.*<sup>300</sup>

A imprensa local não perde estas oportunidades de citar os artigos que noutros locais valorizam a sua terra ou as representações de Alcobaça noutros locais. Estas citações mostram claramente como a Fábrica de Fiação e Tecidos era considerada um factor de progresso, um motivo de orgulho, um elemento muito importante da região.

### **3.º Período: 1905 – 1947**

#### **Direcção de Fernando Alípio de Carneiro e Sá**

Fernando Alípio de Carneiro e Sá é um Director que permanece durante um longo período de tempo à frente da Fábrica e que por isso marca indelevelmente o carácter deste estabelecimento fabril, designadamente ao nível das estruturas socioculturais e do “ambiente” vivido.

Para além de Director da Fábrica, Fernando Alípio de Carneiro e Sá assume também, como vimos, diferentes funções e cargos muito importantes na comunidade. Dedicando-se a causas como a República, a Instrução e Assistência Operárias, Questões Técnicas específicas ou a Prevenção de Incêndios, a sua personalidade marcou a Vila, muito para além da Fábrica. Quer como Director da Fábrica quer como Presidente da Comissão Administrativa Municipal, afirma as suas ideias de forma muito frontal.

Fernando Alípio de Carneiro e Sá já no tempo da Monarquia afirmava activamente os seus ideais republicanos, tendo sido em 1908 candidato à Câmara na lista que foi derrotada pelos monárquicos.<sup>301</sup>

A vida da Fábrica não parece ter-se alterado com a implantação do novo regime, embora encontremos algumas manifestações claras de republicanismo no seu seio:

A Fábrica aparece associada aos festejos da República, nomeadamente integrando uma excursão a Lisboa organizada inicialmente por Alcobaça (à qual mais tarde se junta todo o distrito de Leiria), com a sua corporação de Bombeiros. O jornal Semana Alcobacense infor-

<sup>300</sup> Transcrito na Semana Alcobacense, n.º 626, 6/7/1902.

<sup>301</sup> Semana Alcobacense n.º 948, de 18/10/1908.

ma-nos “*A Fábrica de Fiação e Tecidos não trabalha no dia da excursão e, segundo nos consta, guardará os demais feriados da República.*”<sup>302</sup>

- Os operários da Fábrica Fiação e Tecidos de Alcobaça organizam também um bando precatório, com a filarmónica da Vestiaria, afim de angariar fundos para as vítimas da Revolução de 5 de Outubro de 1910. Esta iniciativa vem em sequência de uma semelhante organizada pela Comissão Municipal Republicana de Alcobaça e rendeu um total de 47\$680 reis.<sup>303</sup>
- Estas manifestações não deveriam ser nada de estranho num país que acolheu entusiasticamente a República e num estabelecimento fabril dirigido por um activista do novo regime.

É sob a direcção de Fernando Alípio de Carneiro e Sá que Alcobaça e a Fábrica de Fiação e Tecidos são frequentemente visitadas por vultos da República:

- Em 1911 a visita a Alcobaça do Ministro da Guerra, Coronel Correia Barreto, é noticiada como tendo tido um dos seus pontos altos na recepção na Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça. “*Os operários deste estabelecimento fabril formaram um verdadeiro cerco em volta do automóvel, sobre o qual caiu uma verdadeira chuva de flores, enquanto os vivas esturciam vibrantes de todos os lados.*”<sup>304</sup> “*À passagem na Fábrica Fiação e Tecidos foi também feita entusiástica manifestação ao ministro [coronel Correia Barreto], pelo numeroso pessoal, mais de 800 pessoas, sendo-lhe lançadas flores e oferecidos muitos bouqués ao som da Portuguesa, executada pela Filarmónica da Maiorga.*”<sup>305</sup>
- Em Setembro de 1915, aquando da Exposição de frutas organizada por Vieira Natividade, refere-se que Teófilo Braga e Manuel Monteiro se hospedaram em casa de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, estando esta com guarda de honra feita pelo Corpo de Bombeiros da Fiação e Tecidos.<sup>306</sup>

Também elementos importantes da República fazem questão de manifestar a sua solidariedade a Fernando Alípio de Carneiro e Sá, então Presidente da Comissão Administrativa

<sup>302</sup> Semana Alcobacense, n.º 1056, de 20/11/1910.

<sup>303</sup> Semana Alcobacense, n.º 1053 de 30/10/1910 e n.º 1055 de 13/11/1910.

<sup>304</sup> Semana Alcobacense, n.º 1081 de 14/5/1911.

<sup>305</sup> Notícias de Alcobaça n.º 578, de 14/5/1911.

<sup>306</sup> Semana Alcobacense n.º 1309, de 26/9/1915.



Municipal, aquando do incêndio da Fábrica de Fiação e Tecidos, alegadamente de origem criminosa por motivos políticos, em 1919.<sup>307</sup>

A 17 de Maio de 1920 Alcobaça é de novo visitada por um Presidente da República – António José de Almeida.

Das referências ao programa da visita feitas na imprensa destacam-se a presença da corporação de Bombeiros da Fábrica Fiação e Tecidos na recepção nos Paços do Concelho, as iluminações eléctricas e o discurso de Fernando Sá nessa cerimónia, do qual refere, entre outras coisas, *“O Sr. Sá traça um quadro acerca do modo de ser da população alcobacense, onde não existe a febre do luxo e do jogo, mas sim a compreensão bem nítida de que do mais íntimo entendimento entre o capital e o trabalho, da melhor e maior contribuição de cada um para a máxima produção em todos os ramos da actividade humana, é que pode resultar tudo de bom e de proveitoso para a comunidade.”*<sup>308</sup>

### **Assistência aos Trabalhadores**

A Assistência aos operários e empregados da Fábrica foi um assunto que mereceu atenção constante à gestão de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, aliás na tradição da Companhia, desde o seu começo.

Sobre a questão da Assistência neste período, devemos dizer que houve grande evolução e a dotação da instituição com estruturas próprias de qualidade invejável.

É também durante este período que se assiste à preocupação de carácter estatal com a segurança dos trabalhadores. Neste aspecto a Companhia acompanha o movimento geral, salientando, no entanto por mais de uma vez, o seu carácter pioneiro nesta matéria.

Por várias vezes Fernando Alípio de Carneiro e Sá faz intervenções públicas em que salienta a necessidade de união entre capital e força de trabalho, para a realização do progresso. A afirmação repetida destas ideias deveria ser considerada oportuna e necessária numa época em que se extremam opiniões, em que se antagonizam sectores, em que se desenvolvem em Portugal as ideias socialistas e republicanas, em que a afirmação do operariado se faz frequentemente pelo protesto em relação ao carácter exploratório do patronato.

A relação com os operários devia ser uma prioridade desta Direcção que faz sempre menção nos relatórios anuais aos empregados (ou operários, ou colaboradores), expressando que sem estes não seria possível os resultados que os relatórios e contas apresentam. Em

<sup>307</sup> Semana Alcobacense n.º 1496, de 25/5/1919.

<sup>308</sup> Semana Alcobacense n.º 1548, de 23/5/1920.

1908 é também o Conselho Fiscal que resolve dar visibilidade a esta questão, inserindo no seu parecer a seguinte observação: *“No pessoal da Fábrica encontra a sua digna direcção a mais proveitosa cooperação, sendo o estado maior dos seus empregados constituído por pessoas de provada competência sobre cada um dos ramos de serviço em que superintendem, e à qual aliam o zelo e a actividade mais louváveis.”*<sup>309</sup>

A atenção dada à Assistência dos operários é quase uma “bandeira” da Fábrica e é nas palavras da própria Direcção que encontramos a melhor síntese do trabalho realizado ao longo dos anos. A propósito, em 1922, da inauguração do Armazém de Subsistências (numa época em que o vida dos trabalhadores deveria estar dificultada com a perda do poder de compra decorrente da inflação galopante que marcou estes anos da República), a Direcção insere no seu relatório anual um balanço do trabalho desenvolvido na área da Assistência aos trabalhadores: *“Em 15 de Agosto do ano findo inauguramos um Armazém de Subsistências nas nossas Fábricas, para venda directa de géneros alimentícios aos empregados e operários e sem lucro algum para a Companhia, ficando esta até com o encargo de saldar quaisquer prejuízos prováveis.*

*A propósito devemos dizer que a obra de merecida protecção dispensada ao nosso pessoal, que muitos ignoram e que é bom salientar, foi encetada em 31 de Janeiro de 1889 com a fundação da Caixa de Socorros subsidiada pela Companhia, e para a qual contribuíam então todos os empregados e operários com uma reduzida cota, usufruindo serviços clínicos, medicamentos e uma pensão durante qualquer enfermidade temporária.*

*Em 15 de Agosto de 1915 foi remodelada por completo esta Caixa, passando a denominar-se Caixa de Socorros e Pensões, e ficando com os encargos de pagamento de subsídio por enfermidade e de uma pensão vitalícia por incapacidade permanente de trabalho, seja qual for a causa da doença. Desde essa data o pagamento dos serviços clínicos e medicamentos, passou exclusivamente a cargo da Companhia, tendo sido abolidas as cotas a todo aquele que tenha prestado serviço durante um ano consecutivo.*

*Foram criados fundos especiais para fazerem face a estes novos encargos, mas como as despesas fossem avolumando de ano para ano, aconteceu, por vezes, acusar déficite o Fundo Flutuante da Caixa de Socorros e Pensões, o qual foi sempre saldado prontamente pela Companhia, sem encargo algum para os interessados.*

*A pensão aos reformados tem sido elevada todas as vezes que se trata de aumento de salários.*

---

<sup>309</sup> Parecer do Conselho Fiscal, in *Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*, Porto, 1908.

*Em 1921 estabelecemos uma compensação anual a todos es empregados e operários, a qual é variável conforme os lucros obtidos e na proporção dos seus vencimentos, não tendo sido esquecidos também os reformados com uma cota parte desse benefício, como sinal de gratidão pelos serviços que outrora prestaram à nossa Empresa.*

*Por tudo isto se vê claramente que pouca importância tem o quantitativo de fundos da Caixa de Socorros e Pensões, porque a Companhia tem tomado sempre a seu cargo a assistência ao seu pessoal, mas, ainda assim, como podereis ver pela nossa proposta, destinamos 50 contos para reforço dos referidos fundos.*

*Cumpre-nos declarar ainda que continuamos animados da melhor boa vontade a concorrer para o bem estar dos nossos cooperadores, sempre que tenhamos oportunidade para o fazer.*<sup>310</sup>

Vejamos como a imprensa local, e conseqüentemente toda a Vila, foram acompanhando estas medidas de Assistência aos trabalhadores:

- Sobre a decisão da Direcção, tomada em 1910, de assumir os encargos sociais da Caixa de Socorros Mútuos, deixando os operários de ser associados deste organismo para usufruir de assistência diz-se:<sup>311</sup> *“A Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça remunera como nenhuma outra os seus accionistas, mas o que é certo é que ela não se esquece da situação dos numerosos cooperadores da sua prosperidade, e assim é que há já um ano que extinguiu as quotas com que os operários contribuíam para a sua caixa de socorros, e, tomou à sua conta o encargo de lhes assistir na doença com todos os recursos médicos, farmacêuticos e pecuniários que da mesma caixa sempre auferiram. E, deste modo, ela não é só a garantia do pão quotidiano para algumas centenas de bocas, mas constitui uma bela instituição de previdência para quantos nas suas fábricas empregam as múltiplas actividades.”*<sup>312</sup>
- Sobre a decisão da Direcção da Companhia, em 1912, de criar pensões de velhice e invalidez<sup>313</sup> o jornal Semana Alcobacense dedica a sua primeira página, inteira, a um artigo (assinado por X.) sobre o exemplo da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça em matéria de Assistência aos seus operários: *“Padece a nossa organização social de muitas deficiências, e por certo que uma das mais sensíveis e das mais lamentáveis não deixa de ser a falta de uma assistência segura e capaz para as*

<sup>310</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1922.

<sup>311</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1910, p.5.

<sup>312</sup> Semana Alcobacense n.º 1018, de 27/2/1910.

<sup>313</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1912.

*classes trabalhadoras, quando a infelicidade de uma doença, em qualquer altura da existência, ou, lá mais adiante, o peso insuperável dos anos, os obriga a uma invalidez da qual não mais há-de sair. (...) Foi este quadro desolador que levou, queremos cre-lo, a direcção da Companhia Fiação e Tecidos desta vila a apresentar na Assembleia Geral de 10 do corrente a proposta a que no principio deste artigo nos referimos. Ela viu os modestos e numerosos colaboradores da sua obra partirem-se, ao fim de largos anos de porfiado labor, exaustos, incapazes de qualquer esforço remunerador; viu-os também rodeados de familia, é verdade, mas cujas posses mal chegam para a própria manutenção; viu-os ainda entregues à protecção tão contingente, tão incerta, – e, porque não, também, tão deprimente? – do primeiro que passa e a mão estende num movimento de generosidade, – e, entendendo que a Companhia não devia limitar-se, para com eles, à retribuição legítima do seu trabalho enquanto válidos, resolveu tomar a iniciativa de lhes garantir uma subsistência sem privações, depois de lançados irremediavelmente na mais torturante improdutividade”* Mas o artigo de jornal faz também a ligação dos aspectos benéficos desta atitude para a boa saúde da Companhia, lembrando que estas medidas da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça garantem operários mais satisfeitos, mais cooperantes com a instituição de que se sentem pertença. Esta é, portanto, defende o articulista do jornal, a atitude certa a seguir por empresas congéneres. *“Mas não ficam por aqui, nem só aos operários atingem as consequências benéficas deste acto de solidariedade com a sanção do qual se notabilizou na sua última reunião a Assembleia Geral dos accionistas daquela Companhia. A efectivação de semelhante iniciativa, reveladora de uma tão alta intuição quanto a um dos mais interessantes problemas que preocupam a sociedade, que é o da assistência na invalidez às classes proletárias, será um novo elo a prender o operário à Companhia e às suas Fábricas, será um estímulo mais a obriga-lo a uma assiduidade quanto possível perfeita no cumprimento dos seus deveres, será um poderoso motivo a fazer jus à sua boa vontade, na aplicação dos seus esforços a favor da maior e melhor produção manufactureira, a favor do funcionamento o mais irrepreensível de todos os serviços que lhe estão confiados, a favor... de quantos interesses da Companhia dependem.”*<sup>314</sup>

---

<sup>314</sup> Semana Alcobacense, n.º 1178, de 23/3/1913.

- Ainda sobre este assunto há também, nesse mesmo ano, uma notícia sobre o facto de a Fábrica ter sido visitada por uma Comissão de Inquérito às Indústrias Têxteis em que se faz questão de noticiar especificamente a boa impressão que a Comissão colheu no campo das condições oferecidas aos operários: *“Do inquérito feito àquele importante centro industrial, resultaram as melhores impressões para todos os comissionados, os quais foram unânimes em elogiar a sua direcção pela maneira criteriosa como tem administrado os interesses da empresa, o que não exclui a devida atenção pelos interesses dos operários, cuja situação é relativamente melhor que a de outros seus colegas de Fábricas congéneres.”*<sup>315</sup>
- Em 1922 o aspecto pioneiro da Companhia é mais uma vez afirmado pela imprensa local, aquando da notícia da inauguração da Cooperativa: *“A Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, inaugurando uma cooperativa para o seu pessoal, junta mais um benefício aos muitos que este já usufrui, graças à iniciativa dos seus corpos gerentes, e muito especialmente do seu Director em Alcobaça, Sr. Fernando Sá, que devotadamente tem trabalhado pelo bem estar dos seus operários. E, nos benefícios já prestados, como sejam o pagamento das despesas de farmácia, médico e subsídio aos operários doentes, a reforma, o interesse nos lucros, a cooperativa tem ainda em preparação uma creche e uma cantina, vê-se que a Companhia procura, através de tudo, melhorar a situação dos seus operários, concedendo-lhe espontaneamente regalias que até agora nenhuma sociedade anónima congénere do país lhes concedeu.”*<sup>316</sup>

É em 1933 que as preocupações com o bem-estar económico e mesmo as questões de lazer do operariado da Fábrica resultam na criação de um edifício especial, dotado de diversos equipamentos. É o próprio relatório desse ano que o anuncia orgulhosamente, salientando que esta sempre foi uma preocupação da Companhia, ainda antes de estas questões serem afirmadas com carácter estatal: *“Estamos construindo um edificio especial para lactário, creche, balneário, cozinha económica, etc., no nosso terreno denominado Olival, sito na margem esquerda do rio Alcoa, ligado a uma das nossa Fábricas por uma ponte de cimento armado, que edificamos agora expressamente. Esse terreno deverá constituir um aprazível recinto para recreio do nosso pessoal operário, depois de devidamente transformado.(...) Reparámos e modificámos algumas casas que fazem parte do grupo já existente destinado a habitação dos operários.*

<sup>315</sup> *Semana Alcobacense* n.º 1148, de 25/8/1912.

<sup>316</sup> *Semana Alcobacense*, n.º 1621, 20/8/1922.

*Não é de mais salientar os factos apontados, agora que surgem diversas empresas a apregoar a assistência dispensada ao operariado, e lembrar também que o nosso pessoal, há já muitos anos, goza de uma apreciável assistência clínica, de todos os medicamentos precisos e subsídios pecuniários em qualquer enfermidade, da reforma na invalidez e na velhice e do auxílio prestado à sopa económica fornecida pela sua cooperativa.*<sup>317</sup>

Estas referências ao carácter pioneiro da Companhia em matéria de Assistência aos operários devem também estar relacionadas com as preocupações assumidas pelo Estado nesta matéria. De facto é neste mesmo ano de 1933 que é publicado o Estatuto do Trabalho Nacional e que é criado o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, factos com os quais o Governo se assume como defensor dos trabalhadores, procurando anular assim os conflitos laborais.<sup>318</sup>

A este novo complexo social da Fábrica da Fervença foi decidido chamar “Assistência Araújo Guimarães”, em homenagem ao fundador da Fábrica que sempre se manifestou amigo e protector do seu operariado. O edificio é inaugurado em 1936, no meio de um ambiente festivo e de uma certa comoção sentida em Alcobaça pela evocação de Araújo Guimarães. Assim o expressa o artigo a este propósito publicado na imprensa local, assinado por Pereira de Matos (casado com uma filha de Araújo Guimarães), que enaltece a figura do fundador da Fábrica, salienta, do seu carácter, a amizade, caridade e vontade de ajudar quase paternalista que fazia com que ralhasse como um pai com os seus operários, com que tivesse fundado o Asilo da Infância Desvalida (obra que trouxe para Alcobaça e que existia ainda nesta data, mas com o nome Álvaro Possolo):

*“Junto à Fábrica, os Directores da Companhia levantaram e, em 1 deste mês de Julho, abriram a mais encantadora casa de assistência que olhos meus tenham visto em terra portuguesa.*

*Moderna no traçado e na execução, correspondendo perfeitamente ao fim a que se destina, a «Assistência Araújo Guimarães» foi admiravelmente completada, nos mais pequenos pormenores, pelo director Exmo. Sr. Fernando Alípio de Carneiro e Sá e por sua filha a Exma. Sra. D. Irene Pires de Sá Vieira Natividade, estupendo temperamento de artista, espontâneo e ao mesmo tempo moderno e portuguesíssimo.*

*Nada falta na «creche» do 1.º andar: balneário, vestiário, maternidade, consultório médico, isolamento, enfermaria, lactário, sala de jogos e recreio coberto. Desde a escolha das cores à execução do mais pequeno pormenor, tudo é feliz, apropriado, lindo. A deco-*

<sup>317</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1933.

<sup>318</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 295.

*ração da sala de jogos, da autoria da Exma. Sra. D. Irene Pires de Sá Vieira Natividade é digna de um pintor de nomeada, tal a naturalidade e o movimento das figuras, a multiplicidade das expressões e das atitudes, a ingenuidade do desenho e das cores e a variedade dos motivos picturais.*

*No rés do chão, reservado aos operários, encontra-se instalada a Cooperativa maravilhosa, mercearia económica, a cantina com a sua cozinha e o seu refeitório, onde um litro de sopa custa apenas dez tostões.*

*Obra, pois, de assistência a grandes e pequenos, assistência racional e completa, bem merece o elogio absoluto de quantos se interessam pelos problemas do trabalho feminino, da higiene, da infância e tantos outros que temos visto em opúsculos e em comissões, em relatórios e em monografias, mas raramente executado como nesta Fábrica pelos seus directores, com recato e modéstia bem dignos de menção nestes tempos de publicidade.*

*Bem hajam pois Exmos. Srs. Directores da Fábrica, pela ideia que tão plenamente executaram e pela obra que tão inteiramente mantêm.*

*E bem hajam pelo nome que lhe deram.*"<sup>319</sup>

Estão bem patentes, na abertura deste complexo, as preocupações com as condições de vida das mulheres trabalhadoras, que conciliam a sua carreira de operárias com as suas funções de mães, o que devia ser ainda mais difícil porque o trabalho fabril decorria por turnos. Nas palavras de Mário Fadigas – que se manifestou contra o encerramento do complexo anos mais tarde – a assistência “era alguma coisa onde não havia nada (...) o emprego na Companhia era o melhor que se poderia querer.”<sup>320</sup> Na entrevista com as antigas trabalhadoras da Fábrica são referidos os benefícios da creche e do refeitório, assim como a dureza do trabalho por turnos.<sup>321</sup>

A preocupação com o lazer parece também existir, pois além de terem sido criados espaços específicos para isso, em 1944 encontramos a publicitação de uma sessão de cinema no jardim do edifício da Assistência Araújo Guimarães.<sup>322</sup> No entanto, pela entrevista com Mário Fadigas, sabemos que esta passagem de filme foi única e que tinha fins políticos ou doutrinários – era uma história da Guerra Civil Espanhola, nitidamente contra os republicanos.<sup>323</sup>

<sup>319</sup> Comarca de Alcobaca, n.º 29 de 9/7/36.

<sup>320</sup> Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

<sup>321</sup> Entrevista com as antigas trabalhadoras, Anexo I.

<sup>322</sup> Ecos do Alcoa, n.º 670, de 8/10/1944.

<sup>323</sup> Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

Em 1943, ano da implementação de várias medidas governamentais de assistência aos trabalhadores<sup>324</sup>, a Direcção salienta que continuará a assegurar as pensões de reforma e invalidez aos seus empregados uma vez que estas não estão contempladas na nova instituição: *"Nesse capítulo, queremos esclarecer-vos que, tendo a Lei presentemente em vigor, criado a Assistência Oficial, digamos, não ficou nela devidamente acautelada, a longa lista dos nossos antigos cooperadores, que, por doença uns, por idade muitos, vinha a nossa Companhia socorrendo.*

*Entendeu a nossa Direcção que não seria humano relegar para a miséria e desventura esses antigos servidores, e, assim, decidiu manter os socorros que lhe vinham sendo prestados, e, não tendo ainda entrado em vigor a Caixa de Previdência, embora, Patrões e Operários para ela já descontem, resolveu também prestar a Assistência Provisória que se impunha, até que tal assunto entre em prática, o que calculamos será dentro de poucos meses."*<sup>325</sup> Em 1946 o relatório da Direcção volta ao assunto, salientando que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça mantém uma Assistência muito para além daquilo que é exigido oficialmente.<sup>326</sup> Muito provavelmente estas repetidas referências, de certa maneira críticas para o Governo, devem inserir-se numa certa contestação que os industriais fizeram a algumas das medidas sociais, porque, embora tenham chegado a ser reclamadas por eles próprios, nomeadamente no 1.º Congresso da Indústria Nacional, em 1931, *"contribuir com 4 a 6% para os fundos da Caixa de Previdência, (...) num momento em que o futuro é incerto e em que a mão-de-obra, mais abundante do que nunca, está pronta para trabalhar por qualquer preço e sob quaisquer condições, parecia, aos olhos do patronato, um absurdo."*<sup>327</sup>

A evolução da Assistência aos operários (nomeadamente o número de subsidiados em cada ano) pode ser acompanhado no anexo sobre questões sociais, em que estão indicados todos os dados de que dispomos sobre este tema.<sup>328</sup>

---

<sup>324</sup> As medidas sociais do Estado Novo estavam a ser implantadas desde 1933. A presente referência, encontrada no relatório de 1943, deve estar relacionada com a lei sobre abonos de família que entra em vigor por essa altura: *"Em 13 de Agosto de 1942, pelo decreto-lei n.º 32192, foi instituído para todos os trabalhadores por conta de outrem, na indústria e no comércio, nas profissões livres ou ao serviço dos organismos corporativos e de coordenação económica, o regime de abono de família."* Marques, A. H. de Oliveira, (1986-3.ª edição). *História de Portugal*, vol. III, Lisboa: Palas Editores, p. 487.

<sup>325</sup> *Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*, Porto, 1943.

<sup>326</sup> *Relatórios da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal*, Porto, 1946 e 1947.

<sup>327</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 297.

<sup>328</sup> Cf. Anexo VI.



Para além da Caixa de Socorros Mútuos dos Operários, que existe ininterruptamente desde 1889,<sup>329</sup> outras medidas pontuais de Assistência aos operários e empregados demonstram a atitude de preocupação da Direcção para com a sua força de trabalho:

- Em 1917 foi criado um subsídio de guerra para empregados e operários, até a situação ser normalizada. Recorde-se que Portugal enviava tropas para a guerra desde 1916.<sup>330</sup> O ano de 1918 foi aliás um ano difícil para a Companhia, quer por causa da guerra quer por causa de uma epidemia que se refere no relatório e que será muito provavelmente a “pneumónica”, doença que se espalhou rapidamente no nosso país, afectando um número considerável de pessoas. Mesmo assim, é de forma sempre respeitosa para com os operários que a Direcção, no seu relatório, dá conta destas circunstâncias: *“A nossa laboração foi bastante irregular, devido à falta de operariado com que sempre lutámos, agravada com as grandes epidemias que assolaram o país e que muito atingiram o nosso pessoal, vendo-nos obrigados, após o armistício à paralisação completa, em virtude de terem sido anuladas as encomendas. Contudo auxiliámos os nossos operários na medida do possível, em atenção às precárias circunstâncias em que os colocara a falta de trabalho.(...) os lucros liquidados do ano de 1918, embora inferiores aos de 1917, excederiam muito os deste ultimo exercício se não fora a verba de subsídio de guerra(...) sacrificio imposto aos Senhores Accionistas em favor dos empregados e operários da nossa Companhia, que bem merecem a simpatia de todos nós pela sua leal e dedicada cooperação.”*<sup>331</sup>
- Em 1919, quando de uma paragem forçada da Companhia, devido a um incêndio nas instalações, a Direcção fez questão de assegurar os ordenados aos operários, atitude louvada pelo Conselho Fiscal no seu parecer junto ao relatório desse ano – *“no justificável intuito de poupar os nossos colaboradores às torturantes privações que frequentemente geram o vicio e algumas vezes impelem ao crime.”* –, onde aliás também salienta a excelente relação existente na Fábrica entre patrão e empregados.<sup>332</sup>

<sup>329</sup> Em 1920 os estatutos e o regulamento da Caixa de Socorros mútuos têm de ser alterados, por conterem disposições que se não harmonizam com a recente lei sobre assistência, como nos informa o relatório da Direcção. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1920.

<sup>330</sup> A participação do concelho na guerra foi considerável. A assinala-lo publicamente está na parede do convento de Cós, gravada uma lista dos soldados alcobacenses que pereceram na 1.ª Guerra Mundial.

<sup>331</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1918, pp. 6 e 18.

<sup>332</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1919.

## A Companhia e a Legislação do Estado Novo

A institucionalização do Estado Novo traz consigo legislação laboral: horários de trabalho, salários mínimos, assistência médica obrigatória, etc.

Parece-nos que essa legislação vai ao encontro de aspirações da Direcção da Companhia, expressa no seu relatório de 1932: *“Para a colocação dos nossos produtos surgiram durante o ano certas dificuldades resultantes das diferenças de salários que existem entre várias Fábricas e da falta de cumprimento da Lei do Horário de Trabalho.*

*Para se sair desta melindrosa situação, seria necessário uma lei de salário mínimo obrigatório, ficando assim defendidos os interesses da classe operária e colocados todos os industriais no mesmo grau de equidade.”*<sup>333</sup>

No entanto, ao nível local, notamos na imprensa alguma tensão quanto à Fábrica de Fiação e Tecidos. Na imprensa surge a seguinte notícia:

*“Por ordem superior dimanada do Governo Civil de Leiria foi a Companhia Fiação e Tecidos obrigada a respeitar e cumprir as 8 h de trabalho para o seu pessoal.*

*Assim é que está certo. Perceberam os «defensores» das classes operárias?”*<sup>334</sup>

No número seguinte o mesmo jornal publica uma carta assinada por «Um operário alcobacense», muito agressiva para com o jornal e os seus ideais, e que, de uma forma algo confusa, deixa entrever que a lei não é boa para o operariado.<sup>335</sup>

A propósito dos salários mínimos fixados pelo Governo (regime corporativo) para a indústria têxtil, o jornal congratula-se considerando que na Fábrica Fiação e Tecidos havia salários miseráveis; e dá exemplos: *“A oportuna decisão do Governo, que desejamos ver extensiva a todas as profissões, pode considerar-se como uma das mais importantes medidas do regime corporativo e foi recebida em Alcobaca com geral contentamento, tanto mais que eram de todos conhecidos e por todos combatidos os irrisórios salários que auferiam os operários da Companhia Fiação e Tecidos da nossa terra, onde ainda a semana passada uma operária com 40 anos de serviço recebeu por, 4 dias de trabalho 6\$10 !!!...*

*Outras, mais infelizes ainda, trabalharam os mesmos 4 dias, mas pelo sistema de tarefas ali instituído não chegaram a receber coisa alguma.”* A seguir descreve a tabela de novos salários por cada função da indústria de fiação e tecelagem de algodão.<sup>336</sup>

<sup>333</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1932.

<sup>334</sup> Ecos do Alcoa, n.º 90, 3/8/1931.

<sup>335</sup> Ecos do Alcoa, n.º 91, 10/9/1931.

<sup>336</sup> Comarca de Alcobaca, n.º 38, de 17/9/1936.

Decorrente desta notícia o jornal publica uma acesa troca de correspondência entre os Directores da Fábrica e do jornal:

- Recebe e publica uma carta de Fernando Alípio de Carneiro e Sá em que se manifesta ofendido por o jornal publicar coisas sem ouvir ambas as partes envolvidas, (sem nunca referir concretamente o assunto) pede a rescisão da sua assinatura do periódico.<sup>337</sup>
- Publica em seguida uma carta que, considerando Fernando Alípio de Carneiro e Sá uma pessoa que merece ao Director do jornal consideração, o convida a concretizar a acusação que fez ao jornal.<sup>338</sup>
- Publica em seguida o desfecho da história: que por um portador souberam que fora sobre a publicação (e a sua forma) da notícia sobre os salários mínimos. O jornal frisa o facto de o Director da Fábrica não fazer um desmentido, o que o jornal considera que confirma a veracidade dos factos denunciados. Afirmando a não existência de animosidade, o jornal fala em *“miseras condições de vida em que se debatiam os operários das Fábricas de Tecidos, cujas condições melhoraram, agora, graças à intervenção do Governo do Estado Novo.”* A seguir acusa Fernando Alípio de Carneiro e Sá de estar a confundir questões sociais com questões políticas. *“Não gostou o Sr. Sá do decreto dos Salários Mínimos, não lhe deve ter agradado muito o despacho que proíbe o aumento, já em projecto, dos produtos da sua Fábrica, mas ficaram com eles satisfeitos os mil operários que trabalham sob as suas ordens, e que agora ficaram sabendo, também, com que podem contar para a sua defesa e quem, afinal, se interessa pela sua situação moral e económica.”*

Continuando numa clara propaganda do regime e num claro ataque à Companhia Fiação e Tecidos, no mesmo n.º se publica ainda uma notícia – que cita uma nota oficiosa do subsecretário do Estado das Corporações, em que se considera o aumento perfeitamente razoável, e que foram feitos estudos que sabem ser perfeitamente exequível da parte das empresas este aumento dos salários e não aumento dos preços dos produtos. Mais uma vez o jornal insiste que esta medida é oportuna e *“em favor do justo equilíbrio entre o trabalho e o capital.”* Refere ainda que esta é também uma medida justa para os industriais que pagavam melhores salários e que *“estavam*

---

<sup>337</sup> Comarca de Alcobça, n.º 41, de 15/10/1936.

<sup>338</sup> Comarca de Alcobça, n.º 41, de 15/10/1936.

*sofrendo os efeitos de uma concorrência desleal, ainda que assim mesmo vivessem e progredissem.*”<sup>339</sup>

Na entrevista que realizámos com as antigas trabalhadoras da Fábrica é referido que de início a Fábrica se escusava a pagar o salário obrigatório, mas foi uma situação de relativa curta duração.<sup>340</sup>

Esta situação local que nos parece algo confusa (tendo sido a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça tão elogiada pela sua obra social e tendo parecido o seu Director tão empenhado nas condições de trabalho dos operários, estaria agora contra a regulamentação de medidas desse teor?), corresponde a todo um panorama nacional em que o patronato industrial tomou atitudes algo ambíguas perante a legislação social e laboral do Estado Novo, como se diz na *História da Indústria Portuguesa*: “*Perante o Estado Novo, os patrões têm uma atitude ambígua. Aplaudiram o controlo da instalação de novas Fábricas, apoiaram a reforma tributária e a cartelização da indústria, especialmente daqueles sectores sobreequipados e dispersos, mas já não viram com bons olhos o intervencionismo do estado, nomeadamente na fixação de preços, na assinatura dos contratos de trabalho, na associação em grêmios sectoriais e regionais.*”<sup>341</sup>

Desde a institucionalização do Estado Novo pela Constituição que “*o Estado passa a controlar unilateralmente toda a vida laboral (fixação de salários, salário mínimo nacional, horas extraordinárias e outras remunerações, horários, condições de trabalho, trabalho feminino e infantil, Segurança Social, etc.). Mesmo a simbologia dos sindicatos não escapa ao controlo estatal.*”<sup>342</sup>

Tendo reclamado no 1.º Congresso da Indústria Portuguesa, em 1931, a “*sindicalização das indústria; a fiscalização rigorosa do horário de trabalho em todo o País, para controlo da produção e unificação da mão-de-obra*”, os industriais contestam vivamente as leis que mais tarde institucionalizam a fixação de regras no mundo laboral, (sobretudo o Decreto

<sup>339</sup> *Comarca de Alcobaça, n.º 41, de 15/10/1936. Outra notícia que parece denunciar situações de miséria entre os operários da Fábrica de Fiação e Tecidos é sobre os Bombeiros da Fábrica que participaram no combate a um grande incêndio em Alcobaça, em Setembro de 1932: “Sabemos que muitos bombeiros – todos são pobres operários – sofreram prejuízos no fogo em Alcobaça.*

*Uns estragaram o calçado, outros a roupa, quase todos perderam um dia de trabalho e alguns de tal maneira ficaram extenuados e invalidados que durante 4 ou 5 dias não puderam ganhar o seu sustento. Quem há-de indemniza-los?” Notícias de Alcobaça n.º 1166, de 2/9/1936.*

<sup>340</sup> Cf. Entrevista com Antigas Trabalhadoras da Fiação, Anexo I.

<sup>341</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 299.

<sup>342</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 296. Cf. Também referências ao controle do Sindicato pelo Estado na entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

24402, que institui as 8 h de trabalho) pois as unidades industriais, sobretudo as mais pequenas, viviam da exploração de uma mão-de-obra que não era cara.<sup>343</sup>

A partir desta altura, (sem que se consiga perceber as razões), os relatórios da Companhia passam a ser menos descritivos, logo menos ricos em pormenores esclarecedores da evolução da Companhia. De qualquer forma deixam sempre transparecer a boa relação existente no interior da Fábrica (*“é dedicada a colaboração de todos os empregados superiores e não menos apreciável a rigorosa disciplina e manifesta boa vontade de todo o pessoal operário.”*)<sup>344</sup> e mesmo com o exterior da Fábrica.<sup>345</sup>

### **Relação Director/Trabalhadores**

As relações pessoais do Director com o seu pessoal deveriam de facto ser privilegiadas uma vez que não raro aparecem na imprensa agradecimentos de operários ou famílias ao Director do estabelecimento pelo seu empenho pessoal em casos de doença ou morte.

Surge também a notícia da sua presença em cerimónias reservadas à família e amigos dos operários, como é o caso da sua posição de padrinho de um filho do maquinista da Fábrica, Luiz Oliveira.<sup>346</sup> A boa relação entre o Director Fernando Sá e os empregados é confirmada pela entrevista com Mário Fadigas que expressa por este director muito respeito e admiração, sentimentos que considera mais difíceis para com os seus sucessores.<sup>347</sup>

Seria interessante reconstituir algum do capital humano da Fábrica o que é possível através da consulta de jornais, de listas de sindicatos, etc. As pessoas dos operários e empregados da Fábrica são frequentemente notícia do jornal por diversas razões: doença, desastre, festas, etc. O jornal faz questão de referir a sua qualidade dentro da Fábrica e a sua proveniência de residência o que poderá ser também interessante para reconstituir percursos, solidiedades, etc.

Quanto a manifestações de apreço dos empregados pela sua Direcção também estão documentadas para este período quer através da imprensa, quer nos documentos oficiais da Companhia como Relatórios da Direcção:

<sup>343</sup> Mendes, A. (1999). Op. Cit., p. 296.

<sup>344</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1934.

<sup>345</sup> Semana Alcobacense n.º 1614, de 2/7/1922 e n.º 1618, de 30/7/1922, onde por um ofício do Presidente da Junta da Maiorga temos conhecimento que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca cede água para o cultivo dos campos próximos.

<sup>346</sup> Semana Alcobacense n.º 880, de 30/6/1907.

<sup>347</sup> Salientamos nesta entrevista passagens como *“O Sr. Sá não era homem de révanches”* ou *“O Sr. Sá não mandava ninguém embora”*. Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

- Logo em 1911, no relatório da Direcção referente a 1910, (em pleno contexto de afirmação institucional do republicanismo), se dá conta de uma mensagem de agradecimento dirigida por todo o pessoal superior e operário da Fábrica aos corpos gerentes. Acerca desta mensagem fala o relatório da necessidade de união (e não oposição) entre o capital e o trabalho. Fala de todos como cooperadores e congratula-se com esta manifestação afirmando: *“A mensagem vai decorar o escritório das nossa Fábricas, para memória e exemplo, presente e futuro, de administradores e administrados, afim de que uns e outros jamais se tentem a explorações injustas.”*<sup>348</sup>
- Pouco antes da implantação da República, no último 1.º de Maio festejado em monarquia, o periódico local descreve assim a festa realizada: *“Foi, repetimos, uma festa cheia de cordialidade e que serviu a demonstrar a franca camaradagem que estreita e distingue o pessoal do grande centro de actividade industrial que é a Fábrica de Fiação e Tecidos.”*<sup>349</sup> Nesses mesmos festejos se diz que a Fábrica esteve aberta para ser visitada pela população de Alcobaça, e que várias pessoas não pertencentes à Fábrica participaram nos festejos.<sup>350</sup> Esta prática parece manter-se mesmo quando os festejos do 1.º de Maio têm menos expressão, pois na entrevista com Mário Fadigas é referido a abertura da Fábrica à população no dia 1.º de Maio.<sup>351</sup>
- Em 1931, mais uma vez se regista um agradecimento público dos empregados da Companhia à Direcção. É no dia 1.º de Maio que se assinala a gratidão com uma festa na Fábrica: *“O pessoal das nossas Fábricas, como preito de gratidão pelos benefícios e concessões que têm recebido, escolhendo precisamente o dia 1.º de Maio findo para realçar mais o seu significado, promoveu uma festa em homenagem à Direcção que teve a caracteriza-la uma rara e tocante sinceridade que muito nos sensibilizou, não só pela demonstração de solidariedade e dedicação de que foi revestida, mas muito principalmente pelo alcance social que representa, ficando assim prestigiada mais uma vez o bom nome da nossa Companhia.”*<sup>352</sup>

<sup>348</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1910, p.5.

<sup>349</sup> Semana Alcobacense n.º 1028, de 8/5/1910.

<sup>350</sup> *Idem*.

<sup>351</sup> Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

<sup>352</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1931.

Poderá ter sido também a forma escolhida para continuar a comemorar o 1.º de Maio, numa época em que esta data já não deveria ser muito bem vista como afirmação do poder operário, pois estávamos em plena época de afirmação do Estado Novo.<sup>353</sup> Aliás, neste sentido, um dos jornais locais aproveita para, a propósito desta festa, atacar as ideias consideradas subversivas, afirmando que este espírito de união entre patrões e operários é *“tão português e tão diferente das teorias erróneas e fermentadas que nos vêm de longes terras e que só servem para lançar o pomo da discórdia no seio da sociedade.”*<sup>354</sup> Numa outra perspectiva o jornal Voz de Alcobaça (periódico que existe ainda actualmente) aproveita para expressar que *“Foi uma grande festa de confraternização entre operários e patrões, infelizmente rara nas grandes empresas fabris.*

*É que nem todas elas distribuem com equidade a justiça merecida àqueles que são seus dedicados colaboradores.*

*A grande festa do 1.º de Maio em Alcobaça, é bem a demonstração de que a sua Fábrica de Fiação e Tecidos é um nobre exemplo a seguir por todas as fábricas.”*<sup>355</sup>

Sobre a mesma festa e parecendo-nos a expressão das doutrinas de um Estado Novo emergente, o periódico Ecos do Alcoa noticia uma *“festa de homenagem prestada pelo pessoal da Companhia Fiação e Tecidos à sua Exma. Direcção. (...) [e esclarece] Para que nenhum operário deixasse de prestar homenagem à sua Direcção, informam-nos que foi dada ordem para que todos comparecessem nas suas secções nas quais permaneceram durante uma ou duas horas.”*<sup>356</sup>

A partir de 1932 algumas questões se interpõem entre patrões e operários, pois reclama-se a fixação de salário mínimo para a indústria, questões onde a polémica também salta para as páginas dos jornais locais, como já anteriormente referimos.

### **Relação da Fábrica com a Vila de Alcobaça**

Para além da questão da electrificação da Vila, que falaremos em lugar próprio, durante todo este período a Fábrica continua a ser um “cartão de visita” da Vila, citada frequentemente como exemplo a nível nacional. Exemplo disso é o elogioso artigo que sai em 1911, na crónica financeira do Jornal República, que considera a Companhia Fiação e

---

<sup>353</sup> O Estado Novo institucionalizou esta data como Festa do Trabalho Nacional, promovendo frequentemente festejos de “louvor” ao Governo, à Pátria, ao Trabalho.

<sup>354</sup> Notícias de Alcobaça, n.º 1098, de 10/5/1931.

<sup>355</sup> Voz de Alcobaça, n.º 25, de 15/5/1931.

<sup>356</sup> Ecos do Alcoa, n.º 74, de 9/5/1931.

Tecidos de Alcobaça como um exemplo nacional de *“boa administração (...) para aumento da riqueza pública e incitamento a todos aqueles que se interessam pelo progresso industrial do nosso país”*. A imprensa local transcreve em parte este artigo: *“É assim é que as suas fábricas, assegurando o pão de cada dia a centenas de pessoas deste concelho, garantem também uma esplêndida fonte de receita para aqueles que ali têm colocado os seus capitais, entrando assim com um bom contingente na manutenção e fomento do bem estar e prosperidade da colectividade.”*<sup>357</sup>

Nas festas de Alcobaça de 1913 a Fábrica de Fiação e Tecidos aparece desde logo enunciada como uma das maravilhas da terra, num enlevado texto sobre Alcobaça da autoria de M. Vieira Natividade.<sup>358</sup> A Fábrica vem de seguida referida de forma destacada na evocação da figura de Araújo Guimarães, como o seu grande empreendimento, referindo que não tendo sido sua a ideia original, a realização não teria sido possível sem ele.<sup>359</sup> Dele se dirá, de novo, em 1920, pelas palavras de Palha Pinto, então Presidente da Câmara Municipal, *“foi o homem a quem Alcobaça deve largos e proficuos melhoramentos materiais e morais; que, generosamente, contribuiu para o desenvolvimento da sua indústria e da sua beneficência e que, durante muitos anos, aureolou, com o prestígio do seu nome e engrandeceu com a pertinácia do seu trabalho, a terra adoptiva que serviu e honrou como os que mais a amaram.”*<sup>360</sup>

Acerca das festas de Alcobaça, em plena época de euforia republicana, encontramos vários elogios ao pólo de desenvolvimento, de progresso, que se considera a Fábrica da Ferrença.

A Fiação e Tecidos foi responsável por um dos carros alegóricos do cortejo cívico de dia 15 de Agosto de 1913, que surge assim descrito: *“Por fim deslocava-se, pesado e imponente o carro da Fábrica de Fiação e Tecidos, dando uma ideia nítida, no seu todo monumental, do grande e rico estabelecimento que ali representava. Com a sua chaminé à frente espiralando no espaço o fumo simbólico de uma plena actividade fabril, com a sua remetedeira, o seu tear, – o algodão em rama acompanhado nas suas várias evoluções até*

<sup>357</sup> *Semana Alcobacense*, n.º 1072, de 12/3/1911.

<sup>358</sup> *Semana Alcobacense*, n.º 1199, de 15 de Agosto de 1913.

<sup>359</sup> *Semana Alcobacense*, n.º 1199, de 15 de Agosto de 1913. As homenagens e evocações de A. Guimarães são aliás referências frequentes na imprensa. Como exemplo podemos citar os aniversários de morte, a inauguração do seu retrato na sede, em Abril de 1907 (*Semana Alcobacense* n.º 869, de 14/4/1907) Em Setembro de 1908 Refere-se aniversário da morte de A. Guimarães e a Fábrica como a sua grande obra. (*Semana Alcobacense*, n.º 945) *Estranho é a anulação da homenagem prevista para 1936, cuja indignação do genro de A. Guimarães é inclusivamente impedida de ser publicada nos Ecos do Alcoa. Comarca de Alcobaça* n.º 10 de 6/2/1936 e n.º 16 de 26/3/1936.

<sup>360</sup> *Semana Alcobacense*, n.º 1546, de 9/5/1920.



*concretizar-se nos magníficos artefactos de que lá vinham tão perfeitos exemplares, – esse carro, repetimo-lo, era bem o representante legítimo do importantíssimo centro industrial que demora ali na Fervença.*” Ainda nas festas de Alcobaça, no discurso de Alberto Villa Nova, a Fábrica é descrita como “*esse monumental padrão do trabalho*”.

“*O Director e pessoal da Fábrica da Fervença e o dos seus bombeiros*” foram especialmente mencionados no agradecimento que a Câmara Municipal fez registar em acta da sua sessão a todos quantos contribuíram para o sucesso das festas de Alcobaça.<sup>361</sup>

Sempre que se pretende caracterizar a região não faltam as referências ao estabelecimento fabril, considerado um bem para a Vila e sua comunidade. Por várias vezes se evoca a fundação da Fábrica como um dos momentos importantes da Vila, tendo mesmo esta data sido sugerida na imprensa como uma das datas mais importantes do concelho, passíveis de ser escolhidas para o feriado municipal, justificando essa pertinência com o argumento de que a Fábrica de Fiação e Tecidos é “*o próspero estabelecimento industrial que tanto bem espalha pelo concelho (...) elemento de riqueza dos maiores desta região.*”<sup>362</sup>

Num curioso artigo, assinado por A.B.S., sobre a fraca oferta turística de Alcobaça, em 1936, critica-se o facto de na Vila nem os seus produtos – famosos em Lisboa – serem convenientemente expostos; encontramos aí referências elogiosas aos “*lenços e panos estampados da sua Fábrica de Tecidos.*”<sup>363</sup>

No mesmo ano se faz uma enlevada descrição do percurso do rio Alcoa, não podendo faltar as referências à energia hidráulica aproveitada no seu curso: “*Desde Chiqueda que a sua energia hidráulica é aproveitada em numerosos moinhos. Estes moinhos são movidos pela água que actua pelo seu peso ou impulsão sobre uma roda de ciso horizontal; (...)*

*Todavia a instalação mais importante é a que se nota na Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça para alimentação da sua Central Eléctrica. Este aproveitamento da força hidráulica obriga o curso do rio a estar cortado de açudes.*”<sup>364</sup>

A barragem da Fiação e Tecidos é também referida nesse mesmo ano e periódico por ter sofrido avultados danos com as cheias, situação que afectou todo o concelho, de tal forma que o governo atribuiu a Alcobaça um subsídio de 13.300\$00 para reparação dos danos.<sup>365</sup>

<sup>361</sup> Semana Alcobacense n.º 1202, de 7/9/1913.

<sup>362</sup> Semana Alcobacense, n.º 1075, de 2/4/1911.

<sup>363</sup> Comarca de Alcobaça n.º 18, de 16/4/1936.

<sup>364</sup> Comarca de Alcobaça, n.º 22, de 14/5/1936.

<sup>365</sup> Comarca de Alcobaça, n.º 27, de 25/6/1936.

Já em pleno Estado Novo também a Fábrica da Fervença continua a representar o concelho, como é o caso da presença dos Bombeiros e Banda da Fábrica numa recepção ao Presidente da República e Presidente do Conselho ou da presença das mesmas corporações no cortejo cívico de Novembro de 1936, que *”percorreu as ruas da vila em manifestação de homenagem ao governo.”*<sup>366</sup> Importante é ainda a referência encontrada ao telegrama de parabéns enviado ao Dr. Oliveira Salazar, em 1943, pelos operários da Fiação e Tecidos, em nome do Sindicato Têxtil do Distrito de Leiria, que era sediado na Fábrica<sup>367</sup>: *”No dia do XV aniversário da posse do Senhor Presidente do Conselho na pasta das Finanças, e véspera do seu aniversário natalício, os operários da Companhia Fiação e Tecidos enviaram-lhe o seguinte telegrama:*

*«Doutor Oliveira Salazar*

*Lisboa*

*Orgulhosos por combater sob comando Vossa Excelência nas trincheiras revolução corporativa em luta pela paz de Portugal e grandeza do império, operários Sindicato Têxtil Distrito Leiria, sede Alcobaça, saúdam o Chefe felicitando-O.*

*Secretário: António Francisco»*<sup>368</sup>

Este telegrama insere-se num vasto conjunto de manifestações de apoio ao Presidente do Conselho, na data do 15.º aniversário da sua entrada para o Governo, justificadas em parte pelo perigo de contestação ao regime: *” Numa conjuntura marcada por um grande descontentamento em relação, quer à natureza ditatorial do regime, quer à actividade governativa concreta; por rumores acerca da existência de profundas divisões no seio da própria elite dirigente, têm lugar diversas iniciativas comemorativas do 15.º aniversário da tomada de posse de Salazar como Ministro das Finanças de um governo da Ditadura Militar.*

*Oliveira Salazar dirige-se ao país, através da Emissora Nacional, pronunciando o discurso «Os princípios e a Obra da Revolução no momento interno e no momento internacional».*<sup>369</sup>

<sup>366</sup> Comarca de Alcobaça n.º 34, de 20/8/1936 e n.º 46 de 19/11/1936.

<sup>367</sup> Mário Fadigas confirma o local da sede e a este respeito fala de uma excursão a Lisboa no aniversário do 28 de Maio, assim como uma visita do Cardeal Cerejeira a Alcobaça que incluiu a Fábrica. Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

<sup>368</sup> Ecos do Alcoa, n.º 615, 9/5/1943.

<sup>369</sup> História de Portugal em Datas, (s.d.) Lisboa: Cículo de Leitores, p.338.

O facto de o Sindicato do Distrito de Leiria de toda a indústria Têxtil ser sediado em Alcobça demonstra bem a dimensão do estabelecimento fabril e o prestígio que este conferia à Vila, por exemplo em representações nacionais como esta.

#### 4.º Período 1950-1956

##### **Assistência aos Trabalhadores**

Sobre esta matéria a Direcção salienta, desde o início do seu mandato, o grande empenhamento em continuar este serviço de Assistência, até porque considera os serviços estatais (Caixa de Previdência) manifestamente insuficientes. Isso fica bem claro no relatório de 1950, nas seguintes palavras: *“Caixa de Previdência, enquadrada como está, dentro de um Regulamento demasiado rígido e até mesquinho em relação à enorme receita que cobra dos patrões, empregados e operários, suspende todos os subsídios ao fim de nove meses.*

*E, não seria justo nem humano que servidores honestos e dedicados, com a saúde abalada por um trabalho assiduamente prestado durante dezenas de anos, acabassem os seus dias estendendo a mão à caridade pública, como fatalmente acabariam, se não fora o auxílio que voluntariamente lhes temos prestado e continuaremos a prestar enquanto V. Exas. não deliberarem o contrário.”*

Agradece, no entanto à Direcção da Caixa de Previdência por fazer o que lhe é permitido e à Seguradora «A Mutual» do Norte.<sup>370</sup>

Os relatórios anuais da Direcção continuam a orgulhar-se do trabalho de Assistência aos trabalhadores, passando mesmo a discriminar serviços prestados por rubricas e indicando o número total de reformados e pensionistas. A evolução deste item neste período pode ser acompanhada nos quadros em anexo.<sup>371</sup>

Em 1951 o relatório refere que o lactário-creche tem agora como responsável o médico de Alcobça, Dr. Nascimento e Sousa e que todo o edifício está a ser dotado de aquecimento.<sup>372</sup>

<sup>370</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1950.

<sup>371</sup> V. Anexo VI.

<sup>372</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1951.

### Relação da Fábrica com a Vila de Alcobaça

A Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça continua a ser um motivo de orgulho para a Vila sendo noticiada neste período como *“uma das indústrias nacionais de grande valor para o País.”*<sup>373</sup>

Apesar da consulta de imprensa não ter sido para este período sistemática, ela forneceu-nos notícias várias sobre a actuação dos Bombeiros da Fábrica, desastres e furtos relacionados com a Fábrica ou o pedido de autorização para instalação de um armazém de óleo combustível na Fervença, que deve relacionar-se com as caldeiras da Fábrica, entre outras notícias.<sup>374</sup>

Sobre o impacto da Fábrica no crescimento do núcleo populacional gostaríamos de citar um artigo de 1950, intitulado *“Maiorga, suas realidades e suas aspirações”*; neste se caracteriza a população daquele local como vivendo *“na sua maioria da Indústria, pois tendo dentro dos seus limites a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, em grande n.º, homens e mulheres, vivem da indústria têxtil.”* Saliente-se que Mário Fadigas considera que o desenvolvimento da Fábrica de Fiação e Tecidos é responsável pelo fraco desenvolvimento da agricultura naquela freguesia.<sup>375</sup> Sobre a Bemposta o mesmo jornal diz que a sua maior aspiração é *“Uma estrada que nos ligue com a Fervença pois deslocam-se durante o dia para as Fábricas de Fiação e Tecidos e Cerâmicas desta localidade, cerca de 300 operários, forçados ainda este Inverno a irem à volta por Alcobaça, o que muito transtorna a sua vida (...) essa estrada nunca poderá ser feita por onde está traçada devido ao declive que a torna inacessível, mas sim pelo sítio denominado «cassapa» saindo à do Sr. Miguel Braz, pois além de ser o caminho mais curto entre a Bemposta e a Fervença, é também por onde se torna mais suave.”*<sup>376</sup> e sobre a Fervença se escreve *“Nascido à sombra das Fábricas de Tecidos possui já hoje uma população de 30 fogos providos de rede eléctrica.”*<sup>377</sup>

Alcobaça deveria, de facto, ocupar um lugar de destaque no conjunto da indústria do distrito de Leiria, uma vez que o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria Têxtil do Distrito de Leiria estava sediado na Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça e é em Alcobaça que, em 1951, decide a construção de um bairro de casas económicas. Estas, que

<sup>373</sup> Comarca de Alcobaça, n.º 238, 6/8/1950.

<sup>374</sup> Comarca de Alcobaça, 1950-1951.

<sup>375</sup> Cf. Entrevista com Mário Fadigas Anexo II.

<sup>376</sup> Cf. Na entrevista com antigas trabalhadoras da Fábrica a referência a episódios sobre as caminhadas (sobretudo nocturnas) e aos acessos à Fábrica. Anexo I.

<sup>377</sup> Comarca de Alcobaça, n.º 253, 20/12/1950.

se destinam, “a operários sindicalizados e funcionários públicos e administrativos”, provam a existência de uma numerosa população trabalhadora na indústria.<sup>378</sup>

Em 29 de Julho de 1951 o mesmo sindicato organiza uma excursão para operários da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça a Lisboa. O dia foi ocupado em visita à FIL e a noite na Feira Popular.<sup>379</sup>

## **5.º Período**

### **De 1957 a 1968**

#### **Assistência aos Trabalhadores**

A partir de 1962 deixa de haver qualquer referência à Assistência aos operários, devendo portanto nesta data tudo ter sido tudo incorporado no sistema geral de Previdência do Estado. O percurso da Assistência aos trabalhadores pode ser analisado a partir dos dados inseridos em anexo.<sup>380</sup>

Foi durante este período que foi fechada a Assistência Araújo Guimarães e descurado o arranjo dos jardins, factos que Mário Fadigas nos relata com amargura e uma certa indignação.<sup>381</sup>

No relatório de 1967, na apresentação de contas, aparece uma verba de 42.476\$30 com o título “Assistência ao Pessoal”, subdividida nos itens “Abono de Família”, “Caixa de Previdência”, “Fundo de Desemprego” e “Fundo de Socorro Social”.<sup>382</sup>

#### **Relação Director/Trabalhadores**

Na entrevista de Mário Fadigas<sup>383</sup> os Directores deste período são considerados muito distantes das qualidades de Fernando Alípio de Carneiro e Sá, sendo mesmo repressivos para o pessoal.

Acerca do problema que o engenheiro Jorge Monteiro teve com a Direcção Mário Fadigas pronuncia-se considerando as acusações de que este foi alvo como injustas. Reafirma,

---

<sup>378</sup> Comarca de Alcobaça, n.º 254-256.

<sup>379</sup> Comarca de Alcobaça, n.º 267, de 30/1/1951 e também Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.

<sup>380</sup> Cf. Anexo VI.

<sup>381</sup> Cf. Anexo II.

<sup>382</sup> Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1967.

<sup>383</sup> Cf. Anexo II.